

blo 334
Paulo Belbut

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM
VINTE E QUATRO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE**

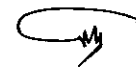
--- Aos vinte e quatro de novembro do ano dois mil e catorze reuniu a Assembleia Municipal do Funchal, pelas dez horas e trinta minutos, no Edifício dos Paços do Concelho, sob a Presidência de Rodrigo Nuno Pontes de Gouveia Trancoso, estando ainda presentes Paula Cristina Mourinho Belbut Gonçalves, e Américo João da Silva Dias, em substituição de Nélia Maria Gouveia Vieira Aguiar, como Primeira e Segundo Secretários, bem como os seguintes Deputados Municipais: -----

--- **Grupo Municipal Mudança** - António José Gouveia Gomes (PS), Carlos Alejandro da Câmara Figueira (PTP); Duarte Luís Fernandes Caldeira Ferreira (PS); Domingos Octaviano Santos Souza (PAN); Gonçalo Gomes de Sousa Aguiar (PS); Guida Maria Barcelos Martins (PS); Guido Marcelino Mendonça Gomes (PS); João Valdemar Berenguer (PTP); José Gabriel Pereira Oliveira (PS); José Juvenal Nunes Rodrigues (PS); Manuel Nélio Vicente Pereira (PS); Paulo Bruno Rodrigues Nunes Ferreira (PS); Pedro Filipe da Silva Marques (BE); Roberto Paulo Ferreira Vieira (MPT); Sérgio Juvenal de Jesus Abreu (PS).-----

--- **Grupo Municipal do CDS/PP** – Filomena Maria Teixeira Gonçalves; Gonçalo Nuno Pimenta Camacho; Lino Ricardo Silva Abreu; Luís Gonçalo Pereira Carolino. -----

--- **Grupo Municipal do PCP/PEV** – Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues; Herlanda Maria Gouveia Amado e Jorge Manuel Morais da Silva Reis. -----

--- **Grupo Municipal do PPD/PSD** - Ana Patrícia Correia Brazão de Castro; António Domingos de Sousa Abreu; Carlos Alberto de Freitas Andrade; David João Rodrigues Gomes; Gustavo de Assis Soares Coelho; José Agostinho F. Baptista; José António Freitas Rodrigues; Luís Miguel Moura Sousa; Maria Elisabete Mendonça Andrade; Marisa Maria Pereira dos Santos e Costa; Pedro José Jardim Gomes; Pedro Miguel A. Santos Gouveia;



Raquel João Martins da Silva; Rosa Maria Lopes C. G. de Oliveira; Rui Alberto Garanito Santos e Rui Nuno Barros Cortez. -----

--- **Grupo Municipal do PND** – Ana Patrícia da Silva Oliveira; Donato Paulo Vares Macedo e Eduardo Pedro Welsh. -----

--- Mais se verificou a presença do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Paulo Alexandre Nascimento Cafôfo, e dos Senhores Vereadores: Domingos Manuel Martins Rodrigues, Maria Madalena Caetano Sacramento Nunes, Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia, Artur Alberto Fernandes Andrade, Bruno Miguel Camacho Pereira, João José Nascimento Rodrigues, José Manuel Sousa Rodrigues, Paulo Alexandre Atouguia Aveiro e Vanda Maria de Fátima de Sousa França Correia de Jesus. -----

--- Esteve também presente a funcionária da autarquia Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves, designada para elaborar as atas das sessões da Assembleia Municipal.-----

--- **Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal,** abriu a sessão, dando conhecimento do seguinte expediente: -----

1. PEDIDOS DE SUBSTITUIÇÃO: -----

1.1. O Deputado Municipal Edgar Freitas Gomes Silva, eleito pelo PCP/PEV-CDU, foi substituído pelo Deputado Municipal Fernão Manuel Gonçalves Rodrigues; -----

1.2. A Deputada Municipal Micaela Gomes Camacho, eleita pela Coligação Mudança, indicada pelo PS, foi substituída pelo Deputado Municipal Sérgio Juvenal de Jesus Abreu;

1.3. A Deputada Municipal Nélia Maria Gouveia Aguiar, eleita pelo CDS/PP, foi substituída pelo Deputado Municipal Luís Gonçalo Pereira Carolino. -----

1.4. O Deputado Municipal Carlos Alberto Rodrigues, eleito pelo PPD/PSD, foi substituído pela Deputada Municipal Ana Patrícia Correia Brazão de Castro. -----

1.5. O Deputado Municipal Marco Alexandre R. Pereira Fernandes, eleito pelo PPD/PSD, foi substituído pelo Deputado Municipal Gustavo de Assis Soares Coelho. -----

46 338
Paulo Alberto
S

1.6. O Deputado Municipal Lívio Rómulo Soares Coelho, eleito pelo PPD/PSD, foi substituído pelo Deputado Municipal Pedro Miguel A. Santos Gouveia. -----

1.7. A Deputada Municipal Maria Idalina Fernandes Silva, eleita pelo PPD/PSD, foi substituída pelo Deputado Municipal José Agostinho F. Baptista. -----

2. SUSPENSÃO DE MANDATO: -----

2.1. O Deputado Municipal Virgílio de Freitas da Silva Berenguer, eleito pela Coligação Mudança, indicado pelo PTP, solicitou a suspensão de mandato de vinte e dois de outubro de dois mil e catorze a vinte e dois de janeiro de dois mil e quinze, sendo substituído pelo Deputado Municipal João Valdemar Berenguer. -----

3. Correção da Ata da Sessão Ordinária de trinta de junho de dois mil e catorze, onde não foi considerada uma abstenção do sentido de voto do GMM, sobre a Proposta de Louvor à Dra. Maria Luísa Clode Figueira da Silva Araújo. -----

4. O Senhor Presidente da Assembleia informou que não foi possível concluir em tempo útil, a ata da sessão ordinária de vinte e seis de setembro do corrente ano, pelo que será colocada à votação apenas a ata da sessão extraordinária de vinte e nove de julho de dois mil e catorze, a qual foi aprovada por maioria com uma abstenção do PPD/PSD. -----

5. EXPEDIENTE: -----

5.1. Convites enviados ao Presidente da Assembleia: -----

- O Presidente da Câmara Municipal de Machico enviou um convite para a Sessão Solene do Dia do Concelho, que se realizou no dia nove de outubro. -----

- O Presidente da Assembleia Geral da AITRAM enviou um convite para a cerimónia da tomada de posse dos órgãos eleitos para o triénio 2014/2017, que se realizou no dia treze de outubro. -----

- O Presidente da Câmara Municipal de Câmara de Lobos enviou os seguintes convites: --

- Sessão Solene do Dia do Concelho, que se realizou no dia dezasseis de outubro. --



- Abertura da exposição “MANOEL DE OLIVEIRA, O cinema na Imprensa e no humor mundial”, que se realizou no dia vinte e quatro de outubro. -----
- O Major-General Comandante Operacional e da Zona Militar da Madeira e o Presidente do Núcleo do Funchal da Liga dos Combatentes enviou um convite para a Homenagem Nacional aos Mortos da Grande Guerra, inserida nas Cerimónias Evocativas do Centenário da Grande Guerra que se realizou no dia dezoito de outubro. -----
- O Presidente da Câmara Municipal do Funchal enviou os seguintes convites:
 - Sessão de Abertura do VIII Encontro Regional Eco Escola, seguido da entrega de bandeiras verdes às respetivas escolas galardoadas de cada Município, que se realizou no dia vinte e quatro de outubro. -----
 - Apresentação do estudo de Caracterização e Diagnóstico do Comércio e Serviços do Funchal, que se realizou no dia catorze de novembro. -----
- O Diário de Notícias e o Grupo Parlamentar do PS-M enviou um convite para o Seminário “O Modelo de Transporte Marítimo e Aéreo para a RAM” Reflexão e Soluções, que se realizou no dia trinta e um de outubro. -----
- O Presidente da Câmara Municipal de Santiago do Cacém enviou um convite para o Encontro – Pensar a Educação, que se realizou no dia oito de novembro. -----
- O Presidente da Junta de Freguesia de Santo António enviou um convite para a inauguração da exposição “Mar, Navios e Navegadores”, que se realizou no dia dez de novembro. -----
- O Consulado General da República Bolivariana da Venezuela no Funchal enviou um convite para a inauguração da 2ª Edição da revista “El Ecosocialismo y Logros de la revolución Bolivariana”, que se realizou no dia treze de novembro. -----
- O Senhor António Drummond Borges e a Editora O Liberal enviou um convite para o lançamento do livro “Memória dos Savoy Hóteis”, que se realizou no dia vinte de novembro.

Paulo Martins
H2336
[Signature]

- A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens enviou um convite para a Sessão de Abertura da Comemoração da Convenção dos Direitos da Criança, que se realizou no dia vinte de novembro. -----

- O Senhor Diretor do Departamento de Ciência da Câmara Municipal do Funchal enviou um convite para a Conferência "A Pirataria Marítima no Século XXI", que se realizou no dia vinte e um de novembro. -----

- O Bloco de Esquerda enviou um convite para a IX Convenção Nacional do Bloco de Esquerda, que se realizou de vinte e dois a vinte e três de novembro. -----

5.2. Pedidos de intervenção reencaminhados à Câmara Municipal do Funchal: -----

- Do PCP/PEV: -----

- Pedidos de informação sobre o andamento da inscrição para habitação de: Lúcia Fernanda Sousa Jardim, Teresa Maria Silva Nunes. -----
- Pedidos de esclarecimento: -----
- Sobre o reconhecimento da propriedade horizontal para o Hotel Jardins da Ajuda. -
- Se já se efetuou a assinatura do Protocolo da CMF com a SPAD. -----
- Que passos já foram concretizados em relação à Resolução: "*Proteção dos animais de companhia*". -----

- Do PTP: -----

- Pedido de esclarecimento sobre o vínculo laboral dos funcionários desta Autarquia, Alberto Magno e Rui Faisca Figueira. -----

Não houve o período da intervenção do público. -----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu início ao Período Antes da Ordem do Dia, anunciando a **Proposta de Recomendação – Atribuição na toponímia do Concelho do nome do Comendador PAULO MARTINHO MARTINS**, apresentada pelo GMM; o **Voto**

de Protesto – Contra o Programa de Privatizações e a Moção – Sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2015, apresentados pelo PCP/PEV. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. A Senhora Deputada Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV apresentou a **Moción sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2015**, que se transcreve: “O Orçamento de Estado para dois mil e quinze vem, uma vez mais, consagrar um conjunto de medidas e políticas dirigidas ao Poder Local e que irão provocar um aumento das dificuldades e constrangimentos a que as autarquias locais estão sujeitas, assim como condicionar a capacidade de intervenção e investimento no desenvolvimento local. -----

Entre as diversas questões que se colocam verifica-se o agravamento do fosso entre volume de montantes transferidos e a regra geral prevista na Lei das Finanças Locais aferida a uma percentagem da média dos três impostos que revelam para o Fundo de Equilíbrio Financeiro e Fundo de Financiamento das Freguesias. -----

O mesmo Orçamento de Estado estabelece a consignação do crescimento do Fundo de Equilíbrio Financeiro resultante da Lei de Finanças Locais à realização da participação do Fundo de Apoio Municipal e consolidação orçamental (dívida de médio e longo prazo e pagamentos em atraso), para além de impor restrições no domínio de recursos humanos, seja por via do controlo de admissões e procedimentos concursais, seja na valorização dos trabalhadores, determinar a obrigatoriedade de prestação de contas das verbas efetivas realizadas no âmbito do Fundo Social Municipal no domínio da Educação, com devolução das verbas não gastas e consagra e alarga a prática de retenções arbitrárias, de que são exemplo: -----

- a) Retenção em favor da Direção Geral das Autarquias Locais, de zero vírgula um por cento do Fundo de Equilíbrio Financeiro; -----
- b) Por “violação” da redução em dez por cento do volume de pagamento a noventa dias

Paulo Rebelo 342

não relevando para o efeito as dívidas pagas ao abrigo do PAEL – Programa de Apoio à Economia Local; -----

- c) Por “violação” da não redução de trabalhadores; -----
- d) Pela “violação” das disposições sobre pessoal dirigente; -----
- e) Pelo incumprimento da renovação de contratos a termo; -----
- f) Por não cumprimento da consignação do aumento IRS+IVA. -----

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão ordinária no dia vinte e quatro de novembro de dois mil e catorze, delibera: -----

1 – Proclamar o firme propósito de defender a autonomia do Poder Local, consagrada na Constituição da República e reclamar das Associações Nacionais de Municípios e das Freguesias, posições firmes e combativas contra as propostas do Orçamento de estado para dois mil e quinze, que contribuem para o seu enfraquecimento; -----

2 – Exigir o cumprimento da Lei das Finanças Locais, apelando à Assembleia da república para que a faça cumprir, corrigindo a distribuição das verbas a inscrever para os municípios e freguesias; -----

3 – Protestar contra a destruição do emprego público e contra uma ainda maior degradação das condições de trabalho dos trabalhadores das autarquias, impostas por este orçamento solidarizando-se com a sua luta; -----

4 – Reclamar a retoma do investimento público e a assunção pelo estado das suas responsabilidades na saúde, educação e proteção social, a um nível que responda às necessidades da economia local e às carências da população”. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Jorge Manuel Morais da Silva Reis, do PCP/PEV referiu o **Voto de Protesto Contra o programa de privatizações**, que se transcreve: “A coberto do PAEF – Programa de Ajustamento Económico e Financeiro da Região Autónoma da Madeira, o Governo Regional prepara-se para lançar um programa de



privatizações que incidirá sobre setores estratégicos para a Região e com graves implicações na qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos. -----

Com a concretização deste programa, a Região Autónoma da Madeira ficará confrontada com a perda de instrumentos para realizar uma política económica ao serviço das populações e do interesse regional, perdendo recursos financeiros e submetendo-se a uma crescente dependência face ao capital nacional e transacional, para além de contribuir negativamente e acentuar a degradação dos direitos das populações, da qualidade dos serviços prestados e das condições de trabalho em simultâneo com o agravamento das desigualdades sociais. -----

Com esta orientação política, o Governo Regional contribui para a consolidação de um número restrito de grupos económico-financeiros, promovendo claramente a monopolização de setores de serviços e bens essenciais como os transportes públicos, a gestão e abastecimento de água, a recolha e processamento dos lixos. -----

As privatizações vão agravar a dependência estrutural da economia em relação ao grande capital, passando o comando estratégico destes importantes setores para centros de decisão aos quais os verdadeiros interesses da Região e das suas populações são totalmente alheios. -----

Os diversos exemplos e experiência de privatizações levadas a cabo no País em diversas áreas e setores contribuem decisivamente para enfraquecer a capacidade do Estado em concretizar uma política de desenvolvimento sustentado, transferiu setores fundamentais para a economia e para o bem-estar e qualidade de vida das populações para mãos estrangeiras, debilitando e até em alguns casos destruindo o serviço público, reduzindo a mobilidade das populações, precarizando o emprego e contribuindo para o empobrecimento dos cidadãos. -----

Raulo Beltrão
342

Assim, a Assembleia Municipal do Funchal, reunida em sessão ordinária de vinte e quatro de novembro de dois mil e catorze, e considerando os prejuízos que advirão para a economia regional, para a prestação do serviço público em áreas e setores fundamentais para o desenvolvimento regional e o impacto negativo para as populações e para os trabalhadores, delibera apresentar o seu veemente protesto e repúdio em relação do denominado "*Programa de Privatizações e Reestruturações do Setor Empresarial da Região Autónoma da Madeira*" e exorta o Governo Regional a rever esta decisão que só penalizará os interesses regionais". -----

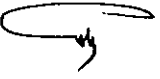
3. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, em nome do Grupo Municipal do CDS/PP, focou a questão de dar prioridade na Noite do Mercado: -----

- Primeiro, aos empresários e aos lojistas que foram afetados pelo vinte de fevereiro e àqueles que estão sediados na frente mar da cidade do Funchal, que também foram prejudicados, derivado às obras ali implementadas pelo Governo Regional. -----

- Segundo, às Associações sem fins lucrativos. -----

- Terceiro, um sorteio para os comerciantes de outros Concelhos que entendam fazê-lo como fonte lucrativa. Porque aquela é uma Noite onde a abundância de consumo dá origem a uma faturação acima da média, que ajuda muito a vida dos comerciantes e dos empresários da Cidade do Funchal. -----

4. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP, começou por solidarizar-se com o voto de protesto apresentado pelo PCP/PEV, designadamente na privatização da Empresa Horários do Funchal. Mas lembrou que é preciso não esquecer que a exigência do PAEF, que foi assinado pelo Governo Regional, impõe a alienação dos cem por cento da privatização dos Horários do Funchal. -----



Como tal, lança um repto à Câmara para comprar a participação dos cinco por cento, que a EEM detém, aquando da venda dos cem por cento dos Horários do Funchal, de modo a ter uma participação ativa, através da criação de um grupo de trabalho, para que possa assegurar as componentes sociais que são o número e a frequência de carreiras existentes, e que são necessárias manter no Concelho do Funchal, para que os Munícipes não sejam prejudicados. -----

5. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, do PND, questionou sobre o paradeiro dos bancos em cantaria e azulejos, bem como da estátua chamada *Cabra Cega*, da autoria do artista madeirense Sílvio Cró, que existiam na frente mar recentemente inaugurada. -----

6. O Senhor Deputado Municipal Pedro Filipe da Silva Marques, do GMM apresentou a Proposta de Recomendação – Atribuição na toponímia do Concelho do nome do Comendador PAULO MARTINHO MARTINS, que se transcreve: “Nascido a vinte e sete de junho de mil novecentos e cinquenta e três, Paulo Martins foi, durante sessenta e um anos, um incansável lutador da liberdade, do povo e da Madeira. -----

Sempre ativo politicamente e envolvido nas causas que trariam ao povo madeirense a melhoria das suas condições de vida, Paulo Martins faleceu no passado dia três de outubro, vítima de graves problemas de saúde. Deixa uma história de luta e uma vida ao serviço das causas públicas e do bem comum. -----

Paulo Martins estudou Medicina, em Lisboa, até mil novecentos e setenta e dois, altura em que a PIDE assassinou um dos seus colegas de Faculdade, mostrando a face mais terrível de um regime ditatorial. De regresso à Madeira, envolve-se ativamente na organização da resistência e oposição ao fascismo na região. -----

A Revolução e a queda da ditadura para a qual trabalhava ativamente chegaram em mil novecentos e setenta e quatro, altura em que funda a União do Povo da Madeira,

Paulo Beltrão 344
S
/

organização política de esquerda que teve um papel de destaque na luta contra as tentativas de restaurar o fascismo na região e no combate à FLAMA (Frente de Libertação do Arquipélago da Madeira) – organização bombista de extrema-direita regional que, de forma violenta, pugnava pela independência do arquipélago. -----

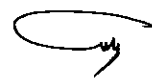
Em mil novecentos e setenta e seis é eleito deputado, pela UDP, para a primeira Assembleia Legislativa da Madeira, lugar para o qual viria a ser sucessivamente eleito, primeiro pela UDP, depois pelo Bloco de Esquerda. Foi deputado regional até dois mil e oito. -----

Para além de deputado na Assembleia Legislativa da Madeira, esteve à frente da UDP Madeira, e depois, até dois mil e oito, do Bloco de Esquerda da Madeira. -----

Reconhecido por todos como um homem lutador e de causas, esteve sempre na primeira linha da defesa dos interesses do povo madeirense: esteve na linha da frente da luta contra a Colonia e participou ativamente no processo da criação do primeiro Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma da Madeira e no primeiro regimento da Assembleia Legislativa Regional; bateu-se pela aplicação pelo primeiro salário mínimo na Região; envolveu-se pelo direito à habitação e pela erradicação das furnas e das barracas; bateu-se pela transparência das instituições da autonomia e esteve na origem da lei sobre o trabalho das bordadeiras de casa, aprovada na Assembleia Legislativa da Madeira e depois na Assembleia da República. -----

Publicou, incansavelmente, milhares de artigos na imprensa do Funchal, num extraordinário trabalho de jornalismo. -----

A sua dedicação desde jovem à luta dos trabalhadores, do povo e da Região valeu-lhe o reconhecimento não apenas dos seus camaradas de luta mas da própria República. Em dois mil e quatro foi agraciado pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, com o título de comendador da Ordem da Liberdade. -----



Homem de luta pela liberdade e pela democracia esteve presente no primeiro Congresso do ANC após a libertação de Nelson Mandela. Sabendo a quão significativa é a comunidade madeirense na África do Sul, junto dos seus conterrâneos, a importância do novo regime democrático. -----

A vida de Paulo Martins foi cheia e transformadora. Sem ele, a Região, o país e a democracia teriam sido mais pobres. Paulo Martins deu-lhes sempre tudo o que tinha. ----

Assim, face aos considerandos atrás expostos, a Assembleia Municipal do Funchal reunida em sessão ordinária de vinte e quatro de novembro de dois mil e catorze, recomenda à Câmara Municipal do Funchal que diligencie no sentido de consagrar na toponímia do Concelho o nome do Comendador Paulo Martinho Martins, como forma de homenagear todo o seu inestimável contributo para a defesa da Liberdade e Democracia e simultaneamente perpetuar a sua memória no imaginário coletivo da população funchalense.”-----

--- De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à votação o **Voto de Protesto – Contra o Programa de Privatizações**, apresentado pelo PCP/PEV, sendo **aprovado por maioria com dezanove votos a favor, sendo dezasseis do GMM, três do PCP/PEV e vinte e uma abstenções, sendo treze do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PND.**

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, do PND, lembrou que as linhas que são exploradas pelos Horários do Funchal foram regionalizadas aos privados que as exploravam, e que contribuíram com um grande investimento dando um grande contributo a esta sociedade. Porém, essa regionalização é um redundar de um ciclo de coisas que foram regionalizadas, e que têm de ser privatizadas pelo facto do Governo Regional não ter alternativas. -----

Paulo Sérgio 346
S

Contudo, não tem nada contra a exploração das linhas, por privados, desde que sejam asseguradas as condições dos utentes. -----

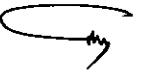
--- Não havendo mais declarações de voto o Senhor Presidente da Assembleia, colocou à votação a **Moção – Sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2015**, apresentado pelo PCP/PEV, tendo a mesma sido **aprovada por maioria com vinte e dois votos a favor, sendo dezasseis do GMM, três do PCP/PEV, três do PND e dezanove abstenções, sendo catorze do PPD/PSD e cinco do CDS/PP.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. A Senhora Deputada Herlinda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, começou por referir que o Voto de Protesto – Contra o Programa de Privatizações, não incidia unicamente sobre a privatização da Empresa Horários do Funchal, mas também sobre outras empresas que estão na calha das privatizações, entre elas a EEM, não deixando de ser estranho, que no conjunto das observações que foram feitas, a única preocupação em causa, para o CDS/PP, era a salvaguarda das populações, não fazendo nenhuma referência à salvaguarda dos trabalhadores que verão os seus postos de trabalho em causa. -----

Em relação à Moção – Sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2015, disse que não seria espectável que as bancadas do PPD/PSD e do CDS/PP votassem de outra forma, em relação a um documento que a Assembleia da República tem penalizado e que irá penalizar ainda mais os trabalhadores e as pessoas que passam por várias dificuldades. -

--- **O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP,** em defesa da honra disse que ao defenderem que no contrato de concessão a ser feito, seja salvaguardado o número e a frequência de carreiras existentes, indiretamente, estão a defender a continuidade dos postos e direitos dos trabalhadores. -----



--- **A Senhora Deputada Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV**, esclareceu que não consideram que tenham ofendido a honra com a intervenção da sua bancada, pois não é esse o hábito e política que expressam nesta Casa. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que a apreciação da honra ofendida, compete à interpretação que o visado na matéria atribui à questão, por isso se o Grupo Municipal do CDS/PP assim o entendeu tem o direito de se expressar, não tendo a Mesa legitimidade para questionar subjetivamente os visados na intervenção, ao se sentirem ofendidos ou não. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** colocou à votação a **Proposta de Recomendação – Atribuição na toponímia do Concelho do nome do Comendador PAULO MARTINHO MARTINS**, proposta pelo GMM, tendo a mesma sido **aprovada por unanimidade, seguido de um minuto de silêncio** em memória do falecido, proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão G. de Oliveira, do PPD/PSD**, solicitou que esta deliberação fosse transmitida à família de Paulo Martinho Martins, ao que o Senhor Presidente da Assembleia atentou que a mesma será informada. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

--- O Senhor Presidente da Assembleia deu início a este Período referindo o **Ponto Um** da ordem de trabalhos, **apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade desta e da situação financeira do Município, em observância do disposto na al. c) do nº 2, art.º 25º, do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09**, dando a palavra ao mesmo que começou por salientar que aquilo que reflete a ação, atuação e orientação deste Executivo, tem sido trilhado por três eixos: -----

- **Primeiro eixo:** investimento de apoio social aos munícipes, nomeadamente aos mais carenciados a nível económico, no qual se destacam os seguintes programas: -----

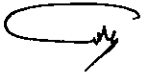
Paulo Beltrão 348

. **Subsídio Municipal ao Arrendamento**, que foi aprovado na última reunião da Assembleia Municipal, o qual consideram uma opção válida, porque apesar de ter apenas um mês, têm sido inúmeras as pessoas que têm recorrido para se candidatar ao mesmo. Relembrando ainda, que apesar de este apoio ter apenas um máximo de cem euros, considera-o importante, porque no contexto que hoje vivemos, muitas das famílias que passam por dificuldades não conseguem suportar os encargos nomeadamente com a habitação, sendo esta uma ajuda para que essas famílias não venham a engrossar a lista de espera da SociohabitaFunchal. -----

. **Programa Municipal de Formação e Ocupação em Contexto de Trabalho**, é uma proposta de ocupação, que visa essencialmente pessoas desempregadas, ou à procura do primeiro emprego, e que em termos de formação abrange um leque diversificado. Pois não está canalizado para um único setor da população ou com determinado tipo de habilitações, porque desde que tenham a escolaridade obrigatória, poderão concorrer a este programa, que é baseado em projetos que serão necessários na Câmara Municipal do Funchal, nas Juntas de Freguesia, em Associações sem fins lucrativos ou em IPSS, sendo esta a abrangência dos locais onde as pessoas poderão fazer esta sua ocupação. -----

São bolsas com um prazo máximo de dezoito meses que será uma mais-valia, não só na ocupação das pessoas, mas também num acréscimo com mais competências, que poderão facilitar a busca de um novo emprego. -----

. **Programa Municipal de Apoio à Conservação, Reparação e Beneficiação de Habitações Degradadas de Agregados Familiares Carenciados do Município do Funchal**, foi aprovado no dia vinte e três de outubro em reunião de Câmara, e é um programa de apoio a fundo perdido no valor de cinco mil euros, que serão dados a pessoas que têm as suas habitações degradadas e em condições de risco. Promove também



reparações de redes de água, eletricidade, esgotos, ajudando nas condições de habitabilidade e promovendo a qualidade de vida das mesmas. -----

Acham que esta é uma forma importante de ajuda, onde há um rigor e transparência total naquilo que é apoiado, nomeadamente com a isenção no pagamento das taxas de licenças de construção e de comunicação prévia, ao contrário do que aconteceu no passado no modo como foram atribuídos alguns apoios. -----

- **Segundo eixo:** criação de oportunidades e dinamização da economia local: -----

. **Regeneração Urbana e Economia Local: O Programa Cidade Com Vida** foi aprovado pela Câmara Municipal do Funchal no dia seis de novembro, e trata da delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU), que compreende o que é o "Centro Histórico do Funchal" (núcleos históricos de Santa Maria Maior, Sé, São Pedro e Santa Luzia), onde é evidente e visível a degradação do património e do edificado. -----

É uma das formas de criar condições daquilo que é o poder público, neste caso da Câmara Municipal do Funchal, estimulando e dando incentivos para que os privados consigam reabilitar o seu património e com isso revitalizar e regenerar a Cidade. -----

É ainda, uma iniciativa proactiva, com uma área de intervenção de um vírgula treze quilómetros quadrados e de mil novecentos e trinta e quatro habitações identificadas, que além da regeneração urbana e de um aumento da oferta habitacional, terá um outro impacto, que é a revitalização do comércio por acréscimo e um incentivo à construção civil nestas pequenas reparações, que são importantes pela quantidade de mão-de-obra que envolvem. -----

Associada a esta regeneração foi apresentado no dia catorze de novembro o **Estudo de Caracterização e Diagnóstico do Comércio e Serviços do Funchal**, no âmbito do Programa de Revitalização do Comércio, no qual realçou o envolvimento, o esforço e o trabalho excepcional dos Técnicos de vários Departamentos desta Câmara, sendo um

AL 360
Paulo Belbá
M

trabalho muito difícil de fazer, porque o tipo de caracterização e de estudo que foi feito envolveu muito tempo. -----

Acredita que este estudo irá criar mais oportunidades de emprego, porque visa a recuperação económica e a dinamização da economia local, sendo envolvidos os comerciantes e as associações, através de inquéritos e entrevistas. Com isto, pretendem um pacote de medidas incentivadoras para o comércio, nomeadamente o comércio tradicional, que irão ser alicerçadas em novas dinâmicas de oferta de proximidade do setor do comércio, tornando determinadas zonas mais atrativas, cativando assim, mais pessoas para esses locais. -----

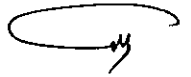
- **Terceiro eixo:** cidadania e participação: -----

Começou por salientar que já encerraram a primeira fase do **Orçamento Participativo**, tendo-se realizado oito encontros participativos, com novecentos e setenta e dois participantes e a apresentação de duzentas e quarenta e oito propostas. -----

Considerou um sucesso, não da Câmara, mas da cidadania, participação e envolvência dos Municípios nas questões que dizem respeito à sua Cidade, procurando envolverem-se e apresentar soluções que consideram válidas. -----

Realçou que esta Câmara, independentemente das propostas que venham a ser as mais votadas, após a fase de análise técnica e de votação das mesmas, que decorrerá entre dezembro e janeiro, irá aproveitar dentro do seu próprio orçamento, muitos dos projetos ou das ideias, que são válidas e que merecem apoio. Pois considera que é uma grande ajuda, em termos daquilo que é a participação cívica dos cidadãos, nas questões da Câmara e no próprio delinear de uma estratégia para a Cidade do Funchal. -----

Por fim destacou que foram apresentadas propostas por parte da oposição e que tiveram a concordância do Executivo da Mudança, tais como: -----



- A redução das taxas de parcometros, apresentada pelo CDS/PP, com a qual concordaram e acharam que será um contributo, não só para a revitalização do comércio, mas também para a criação de alguma centralidade. -----

- A questão, já apresentada pelo PCP/PEV, da Moção sobre a proposta de Orçamento de Estado para 2015. -----

- E a proposta apresentada pelo PPD/PSD, para o estímulo à Natalidade e apoio à Família, que com o contributo da Mudança, foi aprovada no dia trinta de outubro. -----

Concluiu, mencionando os vários Protocolos que foram aprovados em reunião de Câmara, realizados com as seguintes Instituições: -----

- CMF e Associação dos Amigos do Conservatório de Música da Madeira minuta aprovada em reunião de Câmara de dois de outubro; -----

- CMF e Associação da Orquestra Clássica da Madeira minuta aprovada em reunião de dois de outubro; -----

- CMF e Associação AMAW, Madeira Animal Welfares, minuta aprovada em reunião de dois de outubro; -----

- CMF e Delegação da Madeira da Ordem dos Arquitetos minuta aprovada em reunião de dezasseis de outubro; -----

- CMF e Associação Académica da Universidade da Madeira minuta aprovada em reunião de dezasseis de outubro; -----

- CMF e Universidade da Madeira minuta aprovada em reunião de seis de novembro. ----

ESCLARECIMENTOS: -----

1. A Senhora Deputada Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, na sequência da intervenção do Senhor Presidente da Câmara, colocou as seguintes questões, suscitadas sobre o Subsídio Municipal ao Arrendamento: -----

- Quantos inscritos? -----

6/1352
Paulo Belas

- Quantas candidaturas aprovadas? -----

- Quantas recusadas, e porquê? -----

Porque algumas pessoas que tentaram recorrer a este subsídio, expressaram: *quase que temos de estar na miséria para podermos usufruir desse subsídio.* -----

2. O Senhor Deputado Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, começou por reafirmar que relativamente às funções sociais estão de acordo, pois há uma plenitude de convergência na matriz social que esta Câmara está a caracterizar o seu orçamento, embora do ponto de vista prático, a taxa de eficácia dos projetos não é muito elevada, tal como o Senhor Presidente da Câmara, na última sessão daquela Assembleia, referiu que o Projeto Câmara à Porta era um projeto falhado e que tinham que reequacionar novos mecanismos, novas metodologias de trabalho e novos planos de ação. -----

Como tal, em relação àquele Projeto, propõem que haja uma descentralização de competências das Juntas de Freguesia, porque os Presidentes das mesmas têm ligação mais direta com os cidadãos, tornando-os um elemento fulcral e decisivo para que os programas na área social tenham um comportamento mais eficaz. Porque, a Câmara por ter um anfiteatro muito grande, não pode ser a matriz de todos os acontecimentos na área social, para além de que nos Departamentos há muita burocracia do ponto de vista técnico, levando as pessoas a dizerem: *que é preciso estarem numa condição miserável para terem uma participação do apoio social da Câmara.* -----

Em relação ao Subsídio Municipal ao Arrendamento, também concordam com a sua matriz e plano ideológica, mas alertou que é necessário tomar muita cautela relativamente aos critérios e às qualificações que os Departamentos da Câmara consideram na atribuição do subsídio. -----

Relativamente à ação da matriz de recuperação dos bairros sociais da Câmara Municipal do Funchal, o CDS/PP sob proposta de recomendação do seu Vereador, recomendou o

plano de remoção do amianto dos bairros municipais, e essa recomendação política não passou para o exterior, porque nem tudo o que é feito, deliberado e orientado é feito pelo Executivo. -----

Concluiu dizendo ser este o entendimento do Grupo Municipal do CDS/PP, pois não querem uma Câmara única e unilateral, mas uma Câmara plural, com ideias de todos no sentido de melhorar as condições de vida de todos os Cidadãos. -----

3. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP, colocou as seguintes questões sobre a análise orçamental feita até outubro: -----

- Qual a previsão para salvaguardar e manter os pagamentos que já ultrapassam os noventa dias? -----

- Qual é o entendimento da Câmara em salvaguardar o recebimento das seguintes rubricas: licenciamento sanitário, condução e registos de veículos, impostos e outros, no valor de cinco vírgula três milhões de euros; água, saneamento, resíduos e venda de bens no valor de sete vírgula cinco milhões de euros; remoção de resíduos, venda de bens, aluguer de equipamentos, limpeza e coletores no valor de um vírgula seis milhões de euros? -----

- Qual a posição e estratégia que a Câmara tenta seguir, de modo a receber os dezoito milhões de euros de dívidas de devedores de médio e longo prazo? -----

- Saber quais são os devedores de água, porque uma vez que a Câmara foi obrigada a fazer acordos com as empresas do Governo Regional, também está na altura desta pressionar e fazer acordos de pagamento, de modo a que as entidades que devem água façam também acordos. -----

4. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, do PND, interveio para questionar quando é que irá realizar-se o ciclo de conferências sobre o PDM? -----

5. O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD, começou por constatar que a apresentação do Relatório de Atividades, após a

PL 357
Basilobelas

apresentação de uma série deles à Assembleia, parece já estar na sua versão consolidada para os próximos tempos, embora não seja propriamente aquele que ali já foi discutido. --- Referindo-se à intervenção do Senhor Presidente da Câmara, salientou o aspeto em que serão tidos em consideração, no programa da Câmara do próximo ano, muitos dos projetos ou das ideias do Processo do Orçamento Participativo, independentemente das propostas que venham a ser as mais votadas, e questionou se isso está salvaguardado em termos orçamentais? Porque obrigará a fazer ajustes, retificação ou uma alteração áquilo que irá ser apreciado e votado durante esta Sessão sobre o Orçamento de 2015. -----

Chamou ainda a atenção e pediu alguns esclarecimentos, sobre os números apresentados do Programa Câmara à Porta, se são relativamente aos meses a que se reporta o relatório ou se são acumulados? Porque, como já foi referido pelo Deputado do CDS/PP, há uma certa incongruência, pois deram entrada trinta e sete processos, seis estão de acordo com o regulamento, vinte e nove não têm enquadramento, dois estão em avaliação, e só se fez uma vistoria pela brigada que foi constituída exclusivamente para este Programa. Lembrou ainda, que foi aprovado pelo próprio regulamento, que no sítio oficial do Município deveriam ser feitos reports semestrais e isso não está visível. -----

No que se refere à Ajuda na Comparticipação Municipal em Medicamentos, o relatório diz que há sessenta pedidos, mas não é claro ao que se referem. E recordou que este projeto, que na altura da sua apresentação foi muito criticado pela sua bancada, era um pouco extemporâneo e que só era preciso aprovar por aprovar, tendo o Vereador da altura dito *que não era problema aprovar regulamentos mesmo que estejam mal, mesmo estando plagiado.* -----

De facto, passado um ano de Vereação, não considera que a incapacidade técnica, o plágio e a incoerência praticada por esta Câmara, seja um problema. Porque o que de facto



considera um problema é a não concretização dos objetivos que são fundamentais, e que visavam melhorar e minorar as carências dos Cidadãos Funchalenses. -----

Por isso, voltou a questionar o Senhor Presidente da Câmara, se em relação a estes dois Projetos está satisfeito com os resultados? Se eles correspondem às expetativas? E se não considera o grau de insucesso como indicador de necessidade de rever estes programas? Como tal, sugeriu que se recorra ao excelente resultado de participação do Orçamento Participativo, utilizando os mesmos mecanismos, capacidades e ferramentas tecnológicas e comunicacionais, chamando os funchalenses a aderir mais a estes Projetos. -----

Pois, como já referiram há uns tempos atrás, parece-lhes que há um desfasamento entre a realidade, a ideia, a intenção e aquilo que é a necessidade, havendo também um excesso de burocracia que se revela no esforço que os cidadãos têm de fazer para se mobilizar. ---

6. O Senhor Deputado Municipal Duarte Luís F. Caldeira Ferreira, do GMM, começou por dar os parabéns à Câmara Municipal do Funchal, pela forma como conduziu o processo do Orçamento Participativo que, como já foi referido e é inegável a nível de todas as bancadas, foi um sucesso, pois a população aderiu de forma quase espontânea. -----

Quanto aos vários regulamentos, que estão a ser propostos, vêm acudir algumas necessidades da Cidade, como é o caso da recuperação das habitações degradadas. -----

Referindo-se sobre a falha da comunicação da origem das propostas, e à intervenção das Juntas de Freguesia a nível dos programas sociais, que o Deputado Gonçalo Pimenta aludiu, disse que no Relatório de Atividades está especificado de quem são as propostas e que as Juntas de Freguesia, como é seu dever, têm divulgado os referidos programas. Concluiu, admitindo que o Programa Câmara à Porta tem uma baixa adesão mas, em contrapartida, a Ajuda na Comparticipação Municipal em Medicamentos tem uma adesão razoável, e por o Subsídio Municipal ao Arrendamento estar a iniciar-se, calcula que terão um longo e bom caminho a percorrer. -----

Pls 390
Raúl Belburt

--- **O Senhor Presidente da Câmara** esclareceu os seguintes Deputados: -----

- **À Senhora Deputada Herlanda Amado** clarificou que deram entrada sessenta pedidos para o Subsídio Municipal ao Arrendamento, dos quais dez processos já estão concluídos com apoio efetivo, quarenta processos estão a aguardar a apresentação de documentos e dez foram rejeitados, porque os contratos de arrendamento não estavam registados ou porque os recibos apresentados não se encontravam legais. -----

- **Ao Senhor Deputado Gonçalo Pimenta** referiu que de facto estes programas de investimento social são uma marca desta Câmara. -----

Foram compromissos eleitorais que estão em execução porque cumprem aquilo a que se comprometeram. Contudo, têm a consciência de que há um processo de conhecimento, de divulgação e de adesão a estes programas sociais que demora o seu tempo. -----

Referindo-se à questão do Programa Câmara à Porta, disse que esse não é uma das *bandeiras* em termos daquilo que é o essencial no apoio às pessoas, por ser um programa importante para pequenas reparações com o objetivo de ajudar pessoas idosas ou com dificuldades económicas, de saúde, de mobilidade e outras. Mas pretendem, que este ou outro tenha a maior abrangência, porque estão a delinear programas para executá-los pois não tencionam guardá-los na gaveta ou restringi-los seja a quem for, desde que se cumpram os regulamentos. E embora as pessoas que poderão dele beneficiar sejam um pequeno *nicho*, continuam a acreditar neste Programa, porque é uma ajuda que consideram importante e que querem ver alargada. Para isso, ressaltou que o envolvimento das Juntas de Freguesia é uma ajuda bem-vinda, tendo já sido feitas várias reuniões e sessões de esclarecimento com as mesmas, porque são parceiras nesta intenção de aplicação deste Programa. -----

Quanto à burocracia, esta faz-se sentir porque está em causa a aplicação rigorosa dos dinheiros públicos, pois não querem correr o risco do que aconteceu no passado, em que



se distribuía, aplicava e davam apoios de uma forma indiscriminada através de Associações, que depois mereceram relatórios e reparos do Tribunal de Contas. -----

Quanto ao quesito dos critérios do Subsídio Municipal ao Arrendamento são claros, como poderá ser constatado no Relatório de Atividades. -----

- **Ao Deputado Domingos Abreu**, esclareceu que os dados sobre o Programa Câmara à Porta referem-se a este trimestre, e que não há uma equipa exclusiva para este Programa, porque aloucou-se recursos humanos da Câmara que são chamados para prestar este tipo de apoio. -----

Sobre o plágio destes Programas, referiu que realmente não inventaram nada, porque em muitos outros Municípios estes programas já existem. Contudo, causa-lhe espanto que o Executivo anterior não tenha plagiado estas ideias e as tenha executado, porque as boas ideias e as boas práticas podem e devem ser aplicadas, e por isso aproveitaram o que é feito noutros lados e replicaram no Funchal. -----

Em relação à Ajuda na Participação Municipal em Medicamentos, neste momento estão a ser apoiadas cento e doze pessoas. Contudo, por quererem apoiar mais pessoas tudo irão fazer para que haja uma maior divulgação e uma maior adesão, a este e a outros programas, de modo a que possam usufruir dos mesmos. -----

Quanto à intenção de integrar ideias que surgiram nas sessões do Orçamento Participativo, informou que serão feitas através de rubricas que já existem, desde que haja dotação orçamental. -----

- **Ao Deputado Lino Abreu**, elucidou-o do seguinte: -----

- Irão receber receitas da terceira *tranche* relativamente ao IMI. -----

- Relativamente ao pagamento aos fornecedores, estão com uma média de pagamento de setenta e sete dias, o que considera excelente, face ao que era no passado a prática nesta Casa. -----

Paul Belbin 10/3/58

- Sobre os devedores de água, disse que quatro milhões e meio de euros são de entidades do Governo Regional, as quais têm de ter responsabilidade em esforçar-se para cumprir com os seus compromissos, tal como a Câmara está a fazê-lo. -----

- **Ao Deputado Eduardo Welsh**, clarificou que por terem assumido um compromisso com a questão de debater a Cidade, têm estado a trabalhar afincadamente na questão do PDM. Tem sido feito um trabalho interno com uma equipa da Câmara, articulado com a Empresa que elaborou a proposta de revisão. Por isso, está em condições de informar que no próximo mês de janeiro haverá a série de Colóquios, para discutir mais do que as questões do PDM, as questões da Cidade relativamente ao Ordenamento do Território. -----

- **Ao Deputado Duarte Caldeira**, agradeceu a sua análise no que diz respeito ao Orçamento Participativo. -----

--- **O Senhor Deputado Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP**, interveio em defesa da honra do seu grupo de bancada e dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, dizendo que deveria de ser transparente com todos os Membros da Assembleia Municipal, porque com base na conferência de imprensa que foi feita nesta Autarquia, com pompa e circunstância, sobre a apresentação do Programa Câmara à Porta pelo Senhor Vereador Edgar Silva, ladeado pelo Senhor Presidente da Câmara, que transmitiu os objetivos e os pressupostos gerais adjacentes ao mesmo, fica bem transmitir porque não reequacionar as reuniões com as Juntas de Freguesia? Porque há alguns Presidentes de Junta de Freguesia que transmitem que este Programa não funciona. -----

Saliou também, que os critérios, a estratégia e a metodologia na Ajuda na Comparticipação Municipal em Medicamentos devia de ser revista, porque o projeto CDS Solidário, que é uma organização política e não uma Câmara, em dezoito meses abrangeu mil e duzentas pessoas. -----



--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD**, pediu esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara em relação à informação complementar, dada pelo mesmo na sua intervenção, em que o Programa Câmara à Porta não era uma *bandeira* do seu programa e da sua Vereação em exercício, porque no dia catorze de novembro de dois mil e treze, há pouco mais de um ano, o Senhor Presidente numa entrevista que concedeu ao Diário de Notícias desse dia, disse que estimava em cinco mil cidadãos, o universo a abranger por este Programa e que para o mesmo dedicou meio milhão de euros no orçamento. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que não há nenhuma dotação orçamental para o Programa Câmara à Porta, porque como já referiu, são utilizados os recursos humanos da Câmara para fazer pequenas reparações nas habitações das pessoas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM**, fez uma interpelação à Mesa para chamar a atenção que se está a vulgarizar a Defesa da Honra, o que não é bom para o funcionamento dos trabalhos desta Assembleia Municipal. -----

Em relação aos apoios sociais, acha que os mesmos devem sempre de ter mecanismos de controlo, transparência e rigor. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que quando o Deputado Gonçalo Pimenta interveio, foi alertado para se cingir exclusivamente à Defesa da Honra, o que é curial a todos os deputados, para que cumpram com as figuras regimentais que estão estabelecidas e que se cinjam ao seu teor, ao que a Mesa terá o cuidado de que assim seja na prática. -----

--- **A Senhora Deputada Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV**, interveio para pedir um esclarecimento aos proponentes do *Debate Específico: Cidadania e Democracia Participativa*, que está programado para o próximo ano, sobre o que o mesmo consiste? --

fls 360
Paulo Belas

E tendo em conta que esta é a primeira Sessão da Assembleia após o Debate Especifico sobre a Habitação, expressou e alertou que a forma como este decorreu não foi no modelo que tinham pensado. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que a questão colocada extravasa o Ponto em discussão, sugerindo à Deputada Herlanda Amado que envie essa questão ao mesmo, e que depois fará chegar ao proponente que prestará, também por escrito, os devidos esclarecimentos ao PCP/PEV. -----

--- Não havendo mais pedidos de esclarecimento o **Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM**, propôs que os Pontos dois, três e quatro fossem discutidos em conjunto, passando-se depois à sua votação em separado, tendo sido aceite pelo Plenário.

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** anunciou as propostas do PCP/PEV que irão ser apresentadas e discutidas na qualidade de Propostas de Recomendação, no âmbito dos pontos em que se inserem. -----

Depois passou a palavra ao **Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia**, que passou a apresentar o **Ponto dois - Proposta de Orçamento, em observância do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09**, dizendo que este **Orçamento para 2015** é feito numa conjuntura complicada e que é o primeiro orçamento elaborado com a Lei nº 73/2013, que estabelece algumas diferenças, tais como: -----

- O orçamento ter de ser apresentado e submetido à Assembleia Municipal até trinta e um de outubro. -----

- Não poder negociar planos de pagamento a mais de um ano, ao contrário daquilo que foi feito em anos anteriores. -----

- Estabelece que o equilíbrio orçamental seja calculado de modo a que as receitas correntes cubram as despesas correntes, acrescida das amortizações médias de empréstimos a médio e longo prazo, e seja compensado dentro do próximo ano. -----



Daí que, até à data se verifique aquele desequilíbrio orçamental, que preveem cobrir na totalidade, com as receitas de IMI de dezembro, que são a segunda maior tranche. -----

Aproveitou a ocasião, para elucidar o Deputado Lino Abreu, sobre a questão da dívida do Departamento de Ambiente ser superior a um milhão, dizendo que esta reveste-se também com esse plano de pagamentos e que está a ser paga faseadamente, de acordo com o plano de pagamentos que o Município tem para com a Valor Ambiente, daí estar a ser cumprido anualmente ou mensalmente conforme os pagamentos são libertados. -----

Em relação a este orçamento, apontou ainda a redução das receitas do Orçamento de Estado do fundo de equilíbrio financeiro, em que o Município do Funchal sofreu uma redução de quatrocentos e quarenta mil euros, o que é um fator condicional de constrangimento para as receitas disponíveis para fazer face a despesas e investimentos no próximo ano. -----

Por outro lado, o Governo da República, pela criação do Fundo de Apoio Municipal (FAM), estabelece que os municípios tenham que capitalizar a cinquenta por cento, o que coube à Câmara do Funchal, sensivelmente quatrocentos e setenta mil euros de capitalização no próximo ano, num total de três milhões que deverá ser realizado nos próximos sete anos. Feito este ponto prévio, apreciou dizer que tiveram este ano um orçamento de oitenta e nove mil e quatrocentos e dez mil euros, que representa um aumento de dez por cento em relação ao ano passado. -----

Referiu também que o Orçamento não foi fácil de ser elaborado, uma vez que não puderam protelar pagamentos para outros exercícios, ao abrigo de alguns dos princípios e regras orçamentais e da nova Lei 73/2013, tendo que inscrever tudo o que é despesas no Orçamento de 2015, incluindo aquelas que ao abrigo do LCPA permite vir a serem pagas em dois mil e dezasseis, nomeadamente os meses de outubro, novembro e dezembro, de forma a evitar os pagamentos em atraso. -----

Paul Delbe
6/13/2

Depois referiu-se aos seguintes itens: -----

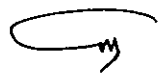
- **A Receita Corrente:** subiu treze por cento maioritariamente pela inscrição das verbas de IRS, subdividindo-se o seu total em oitenta e um milhões de receitas correntes, representando noventa e um por cento do orçamento da receita e nove por cento de receitas de capital. -----

- **A Venda de Bens e Serviços Correntes:** sofreu um ligeiro aumento devido ao esforço de cobrança, que também irão estabelecer na cobrança das dívidas de água, que no setor empresarial do estado e no próprio Governo Regional, têm um peso substancial de quatro milhões de euros. -----

- **As Receitas de Capital:** apresentam uma redução de trinta e quatro por cento, porque no presente não existem contratos-programa com o Governo Regional, e ao hiato entre quadros comunitários de apoio, que em princípio só deverão aceitar projetos no primeiro trimestre de dois mil e quinze. -----

- **As Despesas Correntes:** têm um aumento de dez por cento, devido ao facto de ter de se inscrever na totalidade as despesas correntes dentro do próprio exercício, e das despesas com pessoal terem subido quatro por cento sofrendo um aumento de um vírgula nove milhões de euros, pela reposição de vinte por cento dos cortes e às assinaturas dos acordos coletivos de trabalho que preveem a redução das quarenta para as trinta e cinco horas, ao que dará lugar a um aumento de horas extraordinárias a serem pagas e à inclusão dos vinte e dois trabalhadores do SEP. -----

- **A Aquisição de Bens e Serviços:** reflete a inscrição da totalidade das despesas do próprio ano, verificando-se uma redução como despesas de capital, ressalvando que no próximo ano continuarão o esforço de pagamento daquilo que são os passivos financeiros, inscrevendo onze milhões de euros ficando praticamente na mesma a amortização do capital e juros do que tem sido este ano. -----



- **O Limite da Dívida Total:** também foi alterado pela Lei 73/2013, e prevê-se, neste momento, que seja um vírgula cinco vezes da média das receitas correntes dos últimos três anos. O limite da dívida atual, é de noventa e nove milhões de euros, e no presente já ascende a oitenta e cinco milhões de euros, sabendo-se ainda, que a assinatura do PAEL coloca algumas reservas nomeadamente no que concerne ao aumento do passivo do Município. -----

Por fim, destacou que apesar da nova redação dada pela Lei 73/2013 que inclui as amortizações, o **Equilíbrio Orçamental** está garantido, porque este permite-lhes uma poupança corrente de sete vírgula nove milhões de euros, salientando ainda, que do orçamento da despesa para o próximo ano, existem quatro milhões de euros para pagar planos de pagamento de exercícios anteriores, pois foram desdobradas as rubricas das aquisições de água, encargos com instalações e as vendas de resíduos sólidos. -----

Assim, apraz-lhe dizer que têm não só o equilíbrio orçamental do próximo ano, como também estão a contribuir para o equilíbrio orçamental de anos anteriores. -----

Referindo-se às **Grandes Opções do Plano**, disse que o orçamento para investimentos ora apresentado, ascende a doze milhões seiscentos e setenta e um mil euros, que compreende uma redução de seis vírgula um por cento, como se verifica ao analisar o **Plano Plurianual de Investimentos:** -----

- **Funções gerais:** um milhão e oitocentos mil euros; -----

- **Funções sociais:** seis vírgula seis milhões de euros, que representa cinquenta e dois por cento do Plano Plurianual de Investimentos; -----

- **Funções económicas:** três milhões e novecentos mil euros, que representa trinta e um por cento; -----

- **Outras funções:** trezentos mil euros, que é precisamente a verba destinada ao Orçamento Participativo. -----

by 323
Paulo Belb...
[Handwritten signature and initials]

Esclareceu ainda, que uma vez que este Plano Plurianual de Investimentos, não reveste na sua totalidade aquilo que será os investimentos, só está inscrito aquilo que pode ser levado a imobilizado. -----

Depois, pronunciou-se sobre o **Quadro de Planos de Atividade Relevantes**, dizendo que este ascende a cinco vírgula nove milhões de euros, sendo o maior investimento na área do social, as quais absorvem sessenta e seis vírgula três por cento, com três vírgula nove milhões de euros. -----

Mantendo que, este Plano de Atividade Relevantes, para o próximo ano, encerra algumas das obras que conseguiram manter no mesmo, tais como: -----

- Recuperação do Complexo Balnear do Lido e do Mercado da Penteada; -----
- O Projeto da ETAR do Funchal e o Projeto do Museu de História Natural; -----
- A renovação do Canil do Vasco Gil; -----
- A beneficiação do antigo Matadouro Municipal; -----

No que concerne ao **Mapa de Pessoal** disse que as alterações a registar são a existência do Médico Veterinário Municipal e de uma Escola de Bombeiros para vinte novos Bombeiros Municipais. Contudo, as admissões de pessoal estão constringidas à possibilidade de contratar novos quadros, uma vez que a receita corrente líquida do Município são de quarenta e sete por cento acima dos trinta e cinco por cento que o Orçamento de Estado permite para admissão de novos quadros. Como tal, ainda têm alguma sensibilização para fazer junto da DGAL e do Secretário de Estado. -----

INSCRIÇÕES: -----

1. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD começou por lembrar que no ano passado, aquando da discussão do Orçamento, disse que o mesmo era politicamente errado e tecnicamente mau. E, infelizmente, em relação ao Orçamento



deste ano, verifica que o mesmo não só é política e tecnicamente mau, como é pior que o do ano passado, conforme comprova com o seguinte: -----

1º - Fica sem saber em que é que se enquadra com a empresa Frente MarFunchal, o que está escrito no preâmbulo do orçamento da mesma, em que falam da *Primavera Árabe, da Síria, dos testes militares da Coreia do Norte...* -----

2º - A abordagem que tiveram com o PPD/PSD, não foi para recolher a opinião dos mesmos sobre o Orçamento, mas sim para transmitir aquilo que queriam fazer, uma vez que eventualmente já estavam acertados com o CDS/PP para aprovar o orçamento. Porque aquilo que consta da ata da reunião da CMF, são essencialmente três grandes áreas, que fizeram com que o CDS/PP o pudesse aprovar, tais como: -----

– Melhoria da sinalética na Cidade do Funchal. -----

– Isenção do IMI, que é vazio em termos de proposta, porque já decorre da lei. -----

- Resolução do problema do amianto em três ou quatro prédios. -----

3º - Na aprovação das contas do ano transato, a Senhora Vereadora da Mudança, com o Pelouro da área financeira, disse que por os cinco milhões do IRS, não poderem ser recebidos ou ser difícil cobrá-los, não podiam contar das contas do ano anterior, que eram ainda do PPD/PSD, e que tinham que ser provisionadas, contando assim, como custo a abater à receita. Mas afinal verifica, que este valor aparece como receita da MUDANÇA, no Orçamento para 2015, acrescentando ainda dois milhões de euros de juros. -----

4º - Para poder compensar as diminuições e descidas de impostos, foi aprovado, no ano passado, a Derrama. Sendo o valor de cobrança, previsto para o próximo ano, de cerca de um milhão e meio de euros. E o acréscimo e a diferença, entre os impostos diretos do ano passado e o que a Câmara prevê receber a mais este ano, é de um milhão e meio de euros. Ou seja, a Derrama não vem compensar nada, porque o valor a cobrar e a receber de receita é igual. -----

Paula 368

5º - Embora, o Senhor Vereador Miguel Gouveia tenha enunciado que, por estarmos num ano de contenção, este Orçamento teve um enquadramento de dificuldades, o que constatam é que não há uma contenção de despesas, mas um aumento de trinta e um por cento na aquisição de bens e serviços, que representa quatro vírgula sete milhões de euros, justificando com a dívida da água, por parte das entidades do Governo. -----

Mas se a receita estimada da cobrança de água aos munícipes aumenta um milhão de euros, também vai aumentar a venda, ficando quase neutro em termos de receita da Câmara. -----

Representando esse aumento da água, dois milhões de euros a mais, os outros dois milhões e setecentos são em quê? -----

6º - Relembrou ainda, que no passado foi dito naquela Assembleia, que o quadro de pessoal da Câmara era excessivo, mas este Executivo, tornou-o normal e adequado à população do Funchal, não só mantendo os 1614 trabalhadores diretos, como provavelmente, prevê reforça-lo noutra área. -----

7º - Pela primeira vez, verificou que não há um aumento da contribuição para as Juntas de Freguesia por parte da Câmara Municipal do Funchal, pois era política da Câmara do PPD/PSD, acompanhar o aumento ou a diminuição das transferências do FEF para as Juntas de Freguesia, e aumentar o valor da contribuição às mesmas, nem que fosse o valor da inflação, porque se o valor se mantém e as despesas e as atribuições que lhes são dadas são as mesmas, vão fazer menos, numa área fulcral de proximidade à população de ajuda social direta às populações. -----

8º - Passando ao investimento, verifica que continuam como uma *gestão de Condomínio*, porque esta Câmara não é proactiva de ideias para a Cidade. Apresentando como grandes feitos: -----



- Obra do Lido, que não é exclusivamente do orçamento da Câmara, porque há cofinanciamento do Programa Intervir +. -----
- Pavimentação da Estrada do Poço Barral e da saída da Rua do Paiol à Achada. -----
- A Habitação tem um dos mais baixos orçamentos, com apenas quinhentos e setenta mil euros. -----
- Diminui em menos noventa e seis por cento, o apoio na educação fazendo-o desaparecer.
- Ação social, menos oitenta e um por cento. -----
- Habitação, menos vinte e quatro por cento. -----
- Saneamento básico, menos trinta e três por cento. -----
- Ambiente, menos setenta por cento. -----
- Cultura, menos quarente e dois por cento. -----
- Tirando a atividade do Lido, a rubrica do Desporto desaparece. -----
- Embora se diga que a Cidade do Funchal é destinada ao Turismo, assegura-se para o mesmo apenas quinze mil euros. -----
- Zonas Altas do Funchal, não há investimento. -----

Concluindo, disse estar denunciado e percebido, o porquê deste Orçamento ser política e tecnicamente mau, porque não vai ser cumprido e porque não é exequível, fazendo com que a Cidade ande para trás e não para a frente. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** absteve-se de tecer considerações sobre a intervenção do Deputado Rui Cortez, mas dirigiu-se ao Deputado Domingos Abreu, uma vez que o mesmo esteve presente na reunião de direito de auscultação da oposição, e lembrou-lhe que aquela reunião era essencialmente para a apresentação de propostas, e onde explicou também, os constrangimentos que tinham do ponto de vista orçamental, por isso acha injusto ter sido dito que não foram auscultados. Salientou também, que aquele Orçamento tem muito daquilo que foi a gestão do PPD/PSD,

Paul Belb 3/8

porque neste momento estão a pagar acordos de pagamento do exercício do PPD/PSD, como os passivos financeiros contraídos pelos mesmos, e que irão liquidar em doze milhões de euros naquele orçamento, porque pretendem honrar os compromissos. -----

Em relação ao IRS, elucidou que é falso dizer que tecnicamente é errado inscrever essa verba no Orçamento, até porque, em dois mil e dez e dois mil e onze as mesmas verbas foram inscritas no orçamento, e em dois mil e nove e dois mil e dez, além de serem inscritas também tinham processos judiciais a decorrer. Para além de que, a própria Lei nº 73/2013 estabelecer que, *os orçamentos locais das entidades municipais compreendem todas as receitas*, e o próprio Secretário de Estado em visita à Madeira, dizer que essas verbas tinham sido transferidas para o Governo Regional, ficando o mesmo com a responsabilidade de fazer as contas com o Município. -----

Sobre a questão dos Juros, estão colocados com toda a legitimidade, de acordo com o nº 7, do artigo 25º a Lei das Finanças Locais, que estabelece: *são devidos juros de mora por parte da administração central, nos casos de atrasos nas transferências financeiras para os municípios*. -----

No que concerne ao que foi inscrito como provisões, foi feito numa ótica patrimonial como uma receita que eventualmente teria dificuldade de cobrança, e como na altura não havia nenhuma ação judicial na tentativa da cobrança da mesma, podem legitimamente inscrever o IRS neste Orçamento. -----

Em relação à questão do FEF, levantada pelo Deputado Rui Cortez, lembrou que as transferências correntes compreendem três conceitos: -----

- Um fundo de equilíbrio financeiro, que foi reduzido em quatrocentos e quarenta mil euros.
- Um fundo social municipal, que se manteve inalterado. -----
- E a participação do IRS, que apesar de terem devolvido um por cento do IRS, baixou cerca de noventa mil euros. -----



Sobre a aquisição de bens e serviços, a mesma subiu trinta e um por cento, porque neste ano estão a orçamentar na totalidade as despesas correntes, que não foram pagas nos exercícios de dois mil e doze e dois mil e treze, e que estão vertidas neste Orçamento no montante de quatro milhões de euros. -----

Referindo-se à questão das transferências para as Juntas de Freguesia, lembrou que em termos de inflação num período, como o próprio Banco de Portugal aponta, para uma estagnação de aumento do PIB, e de um por cento do IMI dos prédios urbanos, agora é entregue às Juntas de Freguesia. -----

Sobre a questão dos Seminários, relembrou que a mesma já tinha sido levantada há uns anos atrás numa revisão do orçamento, e que a explicação do então Vereador foi: *isto acaba por ser sequência da forma que a contabilidade prevê a inscrição de eventos, como o Funchal Jazz, Feira do Livro, tudo o que são encargos com a cultura estão inscritos aqui.* É a verdade, e a mesma mantém-se pois se essa verdade na altura serviu, também servirá neste momento. -----

Concluiu, dizendo que os duzentos e trinta mil euros, por causa do eventual atraso do PDM, referido pelo PPD/PSD, são passivos do contrato original que existe da revisão do PDM, com as duas empresas, e que nunca foram faturados nem pagos, não sendo por isso uma despesa nova. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD,** pediu um esclarecimento ao Vereador Miguel Gouveia, começando por referir um ditado que diz: *pela boca morre o peixe*, porque o Senhor Vereador acabou de descrever algumas das coisas que ele irá depois apenas sublinhá-las, tais como: -----

- O Senhor Presidente referiu que esta Câmara, iria fazer os eventos que a anterior fazia mas gastando menos, mas se somarem aquilo que era o valor, onde antes estava esta

Paulo Beltrão 377

verba e aquela onde está esta agora, verifica-se um aumento desse investimento em relação ao ano passado. -----

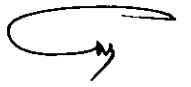
- Sobre as transferências para as Juntas de Freguesia, não disse que elas diminuía, mas sim que as mesmas se mantinham e que era a primeira vez que isso acontece. -----

Por último, pediu um esclarecimento em relação à questão do valor de sete milhões de euros, que no ano passado por não ser cobrável, julgavam que não devia ser contabilizado como receita, e este ano, mesmo tendo uma ação judicial a decorrer e podendo ainda o Governo Regional recorrer da decisão tomada, vai ser cobrada. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** esclareceu que em relação ao IRS os argumentos são os mesmos utilizados pelo PPD/PSD, quando inscreveu a ação contra o Governo da República deixando o Governo Regional de fora. E que no momento, continuam a vencer juros sobre aquelas verbas que estão em dívida, sendo de todo o interesse do próprio Governo Regional que se chegue a algum acordo, não só com este município como com todos os outros. -----

E concluiu o seu esclarecimento, citando o que foi dito, num dos orçamentos anteriores, pelo Vereador com o Pelouro das Finanças no Executivo PPD/PSD: *...até porque à semelhança do que aconteceu com o valor de IRS de dois mil e dez e dois mil e onze fomos obrigados a inscrever no nosso orçamento receitas de IRS que já sabíamos que não iriam ser pagas, já estavam em dívida em dois mil e nove e dois mil e dez mas fomos obrigados a inscrevê-las.* -----

2. O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP começou por dirigir-se ao Deputado Rui Cortez dizendo que o CDS/PP sente-se completamente à vontade com a posição do sentido de voto que irão tomar sobre este Orçamento, porque houve propostas feitas em prol dos munícipes do Funchal. E desafiou o PPD/PSD a apresentar o número de propostas por eles produzidas, neste ano e no âmbito deste



Orçamento, que vão ao encontro dos Funchalenses, e quantas é que reivindicaram junto da Câmara, de modo a que tivesse um sentido de voto diferente. -----

De seguida recordou as dez propostas, por eles apresentadas na discussão deste Orçamento e ao longo do ano económico, todas elas aprovadas em grande parte pela maioria: -----

- Redução do IRS; -----
- Isenção do IMI nos próximos cinco anos para os prédios que sejam recuperados; -----
- Isenção do IMT; -----
- Isenção de dez por cento do IMT para as frações que tenham beneficência energética; --
- Redução em cinquenta por cento das taxas junto do comércio local; -----
- Redução das tarifas dos parómetros do Funchal; -----
- Nova Sinalética do Funchal; -----
- Plano de Prevenção Rodoviária; -----
- Plano de Remoção do Amianto; -----
- Criação de um Conselho Municipal de Juventude. -----

Como tal, é este o sentido de voto do CDS/PP, porque sabem fazer política construindo, apresentando propostas, sendo responsáveis, de modo a que consigam trazer algum valor acrescentado a quem deu o sentido de voto ao CDS/PP. -----

Sobre o Orçamento, disse que de facto este é um Orçamento com alguma dificuldade, contenção, e de constrangimento em termos financeiros, devido ao endividamento, vindo do passado, assumido por esta Câmara. -----

Analisando o quadro de resumo deste orçamento, o mesmo expõe em traços gerais, que as receitas correntes são capazes de cobrir as despesas correntes, beneficiando de alguma diferença para as receitas de capital. -----

Paulo Baltar 3-7-2

Referiu-se também à necessidade que houve de aumentar as receitas correntes nos sete milhões de euros em termos de IRS, por este Executivo, de forma a amortizar as contas e levar uma provisão desse mesmo valor, porque achavam que era uma receita que dificilmente iriam receber. Embora na sua formação técnica, gostaria e achava bem manter esse critério na ótica patrimonial, mas atendendo à justificação do Senhor Vereador, que inscreveu pela via do critério patrimonial e não pelo critério financeiro, discordou, atendendo que será difícil receber esse valor previsto na receita corrente. -----

Quanto ao investimento consideram-no reduzido, mas estão conscientes de que é o que é possível, para não aumentar o valor do endividamento que esta Câmara herdou. Embora julguem que a capacidade de endividamento no valor de doze milhões de euros, que a Câmara tem, deveria de ser aproveitado, se o mesmo visar a canalização de investimento em benefício social, para que algumas das prioridades anunciadas pela Mudança fossem já concretizadas. -----

Terminando, quis lembrar algumas despesas entre custo / benefício e entre as suas despesas e as suas receitas. Pois essa margem que é criada deveria de ser compensada a todos os munícipes que pagam, a componente do lixo, da venda dos resíduos e a venda da água potável, entre o custo e o seu proveito. Porque se a Câmara tem um lucro nestas verbas de oito milhões de euros, na ação social o valor de compensação é muito baixo. ---

3. O Senhor Deputado Municipal José Juvenal Nunes Rodrigues, do GMM, começou por dizer que o Deputado Rui Cortez é useiro e vezeiro em acusar esta Câmara de estar a fazer igual às Câmaras anteriores, numa tentativa desesperada de branquear o passado. - Sobre este Orçamento disse que, embora não seja o que o Executivo desejava para o Funchal e para os funchalenses, o mesmo é sério, transparente e de rigor. Pois a Câmara da Mudança, quer honrar compromissos e vai pagar a dívida que outros contraíram, ou seja um milhão de euros por mês para abater dívida aos bancos. -----



Abordou ainda, que este Executivo está a elaborar planos de investimento, mas o Quadro Comunitário de Apoios para a Região, para o período de dois mil e catorze / dois mil e vinte, ainda não está definido, e por isso ainda não é possível apresentar candidaturas àquele instrumento financeiro. -----


Findando, disse que os maiores problemas que a atual Câmara enfrenta, foram gerados pelo anterior Executivo, pelo que, no mínimo seria de esperar que os Senhores Deputados Municipais do PPD/PSD colaborassem para minimizar e resolver esses mesmos problemas. -----

6. O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, do PND, referiu que gostaria de saber um pouco mais sobre as obras de reabilitação do Matadouro, e para que fim é reabilitado. -----

Quanto ao Orçamento, percebe perfeitamente as razões de contenção do mesmo, no entanto preocupa-lhe a questão dos processos em tribunal e dos juros de mora, e acredita que sem saber essa informação nenhum orçamento pode ser muito claro nem transparente. Como tal este orçamento também não está salvaguardado, por isso irá abster-se nesta votação. -----

7. O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel A. Santos Gouveia, do PPD/PSD, disse “que a garantia constitucionalmente prevista da liberdade e da igualdade de acesso à função pública estaria enfraquecida, se a decisão sobre o tempo e o modo de recrutamento de trabalhadores estivesse, a todo o momento e em quaisquer circunstâncias, na esfera de liberdade de escolha discricionária dos dirigentes dos serviços. -----

Sendo o mapa de pessoal um documento que contém o número e a caracterização de postos de trabalho, que um órgão ou serviço necessita para o desenvolvimento da sua atividade. É por isso, que a elaboração dos mapas de pessoal traduz um juízo objetivo de avaliação sobre a necessidade de garantir, no plano da organização do trabalho, uma adequada

Paulinho
13/11/24


resposta às necessidades impostas pela lei, pelas orientações estratégicas superiormente fixadas e pelas decisões organicamente tomadas. -----

E é em função dessa avaliação e como resultado dela, que um órgão ou serviço verifica se se encontram em funções trabalhadores em número suficiente, insuficiente ou excessivo, tal como se prevê na lei. -----

Por causa destes fatores de objetividade pretendida na ocupação de postos de trabalho de natureza pública, como no caso do Município do Funchal, a lei estabelece garantias para que a decisão de recrutar seja sempre, uma decisão baseada em critérios objetivos de natureza gestonária e nunca em critérios subjetivos de natureza pessoal. -----


É, pois, por isso que a lei determina a forma e os pressupostos do recrutamento, através de procedimentos concursais comuns, contando que haja a existência de lugares previstos e não ocupados nos respetivos mapas de pessoal, e que haja, igualmente, a respetiva previsão orçamental. -----

Uma competente gestão dos recursos humanos é efetivada em função do seu mapa de pessoal, e de planificação das atividades e dos recursos financeiros. -----

Do mapa de pessoal que nos é apresentado, constata-se existir postos de trabalho previstos, mas não ocupados; cabe assim perguntar se o Município pretende recrutar trabalhadores para preenchimento dos lugares vagos? -----

Em segundo lugar, não nos parece estar refletida no mapa de pessoal apresentado a integração do pessoal do SEP, pelo que se pretendia que nos fosse esclarecida esta questão. -----

Por último, nas palavras do Senhor Vereador com o pelouro das Finanças, o Mapa de Pessoal, mantem-se praticamente inalterado. No entanto, o facto é que se prevê o aumento das despesas com o pessoal. Compreende-se que a redução das quarenta horas para as trinta e cinco horas leve ao aumento das horas extraordinárias, no entanto a lei prevê outros



mecanismos que evita o recurso às horas extraordinárias, por isso gostaríamos de saber se esses mecanismos estão ou não previstos pelo Município.”-----

8. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, apresentou as seguintes Propostas de Recomendação: -----

- **Taxa de Derrama no concelho do Funchal:** “A Lei das Finanças Locais contempla a possibilidade dos municípios deliberarem no sentido da aplicação anual de uma Derrama sobre o lucro tributável e não isento de imposto das pessoas coletivas (IRC – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas) até ao limite máximo de um vírgula cinco por cento, e que corresponde à proporção do rendimento gerado na sua área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português e que exerçam, a título principal, atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola, assim como não residentes com estabelecimento estável nesse território. -----

A mesma legislação define a possibilidade de se proceder ao lançamento de uma taxa reduzida para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros. -----

Considerando a necessidade e a importância de os municípios diversificarem as suas receitas, quer para o financiamento da sua atividade diária quer para aplicação no investimento público e no desenvolvimento municipal; -----

Considerando que o Orçamento do Estado para dois mil e quinze determina a diminuição das transferências para as autarquias locais, o que no caso da Câmara Municipal do Funchal resulta numa redução de verbas provenientes do FEF – Fundo de Equilíbrio Financeiro na ordem dos quatrocentos mil euros; -----

Considerando as graves carências e problemas que afetam o concelho e as dificuldades da Câmara Municipal do Funchal em financiar as despesas de investimento, nomeadamente para fazer face à necessidade de promoção da habitação e a recuperação

Raul Abelha 378

/ reabilitação dos bairros sociais camarários, assim como garantir a melhoria de um conjunto de acessibilidades vitais para as populações; -----

Considerando que a aplicação da Taxa da Derrama em dois mil e catorze (embora numa taxa reduzida de zero vírgula cinco por cento) resultou na arrecadação de um volume de receitas importantes para o Município do Funchal (até setembro de dois mil e catorze, o Município arrecadou 1.589.076,00 euros; -----

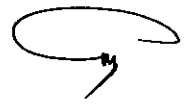
Assim, face ao exposto, a Assembleia Municipal do Funchal delibera aprovar o lançamento de uma taxa de Derrama para dois mil e quinze de um vírgula cinco por cento, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC de dois mil e catorze, para os sujeitos passivos com volume de negócios superior a 150.000,00 euros.” -----

- **Contração de empréstimo para investimento:** “Aos Municípios estão atribuídas um conjunto de competências destinadas a prover as necessidades das populações, a promoção do bem-estar geral e da qualidade de vida, o acesso a bens e serviços essenciais, o desenvolvimento social e económico sustentável, o combate às assimetrias locais. -----

Entre as competências atribuídas encontram-se a promoção do acesso à habitação e à habitação condigna, de uma forma justa e equilibrada, assim como a possibilidade de proporcionar aos munícipes usufruírem de um conjunto de acessibilidades adaptadas às necessidades de mobilidade e a um mais rápido e fácil acesso às áreas de residência. -----

Estas são duas das áreas onde o investimento camarário previsto para dois mil e quinze é manifestamente insuficiente para responder às necessidades reais, ou, pelo menos, minorar alguns dos aspetos mais graves. -----

No concelho do Funchal, a problemática habitacional assume uma importância fulcral, alicerçada nos números de famílias e indivíduos carenciados de habitação ou no estado de



degradação em que se encontram a maioria dos bairros sociais geridos pela autarquia e, nos quais, urge promover ações de requalificação / reabilitação. -----

No concelho, nomeadamente nas denominadas zonas altas e super altas, mas, igualmente em outras localidades situadas em cotas mais baixas, torna-se necessário intervir num conjunto de acessibilidades, melhorando assim significativamente as condições de acesso às localidades e às áreas habitacionais. Muitas destas intervenções passam pela melhoria das vias já existentes, pelo prolongamento de outras já existentes, pela criação de melhores condições de circulação que permitiriam, em diversos casos, um acesso mais direto aos transportes públicos. Neste aspeto, convém recordar que a Câmara Municipal do Funchal aprovou uma resolução que preconiza a intervenção num conjunto de acessibilidades situadas maioritariamente nas zonas altas e super altas sendo que a mesma não surge minimamente contemplada no próximo Plano de Investimentos. -----

A Câmara Municipal do Funchal, conforme consta dos documentos apresentados e que suportam o Orçamento camarário para dois mil e quinze, dispõe de capacidade de endividamento (superior a dez milhões de euros). -----

Assim, face à prioridade do investimento em áreas sensíveis como a promoção da habitação e da reabilitação dos bairros sociais, assim como na criação de melhores condições de acesso às localidades e ao serviço de transportes públicos, a Assembleia Municipal do Funchal recomenda que a Câmara Municipal do Funchal, de forma a responder a necessidades de investimento público urgentes, proceda à contratação de um empréstimo bancário de quatro milhões de euros dirigidos ao financiamento de projetos e intervenções no âmbito da habitação e das acessibilidades, sendo que a sua aplicação dividida nos seguintes termos: -----

- Dois milhões de euros para a promoção da habitação social; -----
- Um milhão de euros para intervenção imediata nos bairros sociais; -----

Paulo Belbin 378

- Um milhão de euros para intervenção no âmbito das acessibilidades.” -----

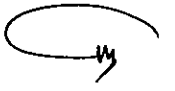
--- **O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva Abreu, do CDS/PP**, interpelou a Mesa para dizer que não faz sentido haver votação nesta Assembleia, sobre a proposta do PCP/PEV, que foi apresentada como resolução, e que passou a ser recomendação. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que segundo o regimento, as recomendações são votadas no período de antes da ordem do dia, sendo o regimento omissivo na questão do período da ordem do dia. Mas, por uma questão de coerência, foi entendimento da Mesa, que a mesma deveria ser votada para manter uma questão de coesão, com o espírito que está presente no período de antes da ordem do dia. -----

Como tal, foi essa a decisão que a Mesa aplicou, sendo as recomendações votadas, antes da votação da proposta do orçamento, de forma a manter a coerência regimental. -----

9. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM, começou por referir que o documento que está a ser discutido tem uma enorme importância para a vida do Município do Funchal, porque é um Orçamento e Opções do Plano que advém de uma nova escolha do eleitorado nas últimas eleições. -----

Prosseguindo, aproveitou para felicitar a vereação responsável nesta área, por este documento ser claro, e explicar as opções de uma forma transparente, dando a conhecer todas as rubricas que serão aplicadas e todos os valores desta Autarquia. Porque no passado o Governo Regional é que impunha um ritmo a esta Autarquia, através das opções de contratos programas, fazendo a retenção do IRS e expropriando estradas e jardins. Deixando uma pesada herança, de difícil gestão, que condiciona os trabalhos e os investimentos que esta Autarquia poderia ter e assumir, pois é preciso aceitar os compromissos já assumidos. -----



Depois destacou as questões sociais deste orçamento, que têm cada vez mais prioridade, às quais as Juntas de Freguesia e a Autarquia têm de estar atentas, porque vivemos numa crise violenta, que dia a dia, cria mais carências e dificuldades às pessoas. -----

Por isso, julga que a análise do orçamento municipal devia de ser feita com sentido e interesse público, e não numa perspetiva meramente folclórica / partidária como inúmeras vezes se verifica naquela Casa. -----

Porque votar contra este documento, é votar contra um investimento social, é votar contra a realização do Mercado da Penteada que é uma zona alta de São Roque e é votar contra o subsídio ao arrendamento. -----

Findando, reforçou que este orçamento é de responsabilidade, sentido público e defende a causa pública. -----

10. O Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues N. Ferreira, do GMM, começou por esclarecer o Deputado Rui Cortez, de que embora a Câmara não tenha acompanhado o reforço de verbas do FEF às Juntas de Freguesia, no caso específico da Junta de São Gonçalo, à qual Preside, receberam dez vezes mais por via de IMI do que a verba do FEF. Por isso tem de ser justo em concordar que a Câmara neste caso, não necessita de fazer essa transferência, porque as Juntas estão reforçadas com as verbas do IMI. -----

Em relação à Câmara ter uma gestão de condomínio, realçou o quanto é difícil gerir quando o orçamento está altamente coartado das coisas que vêm dos anteriores executivos, e de haver uma nova (Lei nº 73/2013) que insere a lei dos compromissos. -----

Por último, referindo-se aos sete milhões do IRS, disse ter a certeza que no próximo ano haverá um Governo Regional mais sério, e que olhe de maneira diferente para as Autarquia Locais o qual certamente permitirá que esses sete milhões sejam pagos. -----

Paula Barros 382

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD**, elucidou o Deputado Paulo Ferreira, que tentar dizer as coisas por outras palavras não muda o sentido das coisas. Pois não disse que a Câmara anterior transferia o valor do FEF para as Juntas de Freguesia, o que disse é que esta Câmara não fez como as anteriores faziam, que era acompanhar na mesma percentagem a evolução da transferência para as mesmas. ----- Quanto ao aumento do valor do IMI, é um procedimento que decorre da Lei, não advém de uma orientação política nem de uma emanção da Câmara. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Paulo Bruno Rodrigues N. Ferreira, do GMM**, respondeu que em relação à questão do IMI o Governo da República, que é PPD/PSD, aproveitou a medida para cumprimentar com “chapéu alheio”, a retirada do IMI às Câmaras para atribuir às Juntas. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV**, pediu os seguintes esclarecimento ao Deputado Sérgio Abreu: -----

- Pelas suas palavras, interpretou de que teria considerado que as propostas do PCP/PEV, serviriam para qualquer tipo de folclore político, ou para se fazer surgir onde quer que fosse, e não é esse o objetivo do seu partido. -----

- O Mercado da Penteada é considerado investimento nas Zonas Altas do Concelho? -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM**, esclareceu que falou em termos genéricos do folclore político, porque a proposta da Derrama é extemporânea por já ter sido ali trazida. -----

Quanto à questão do Mercado da Penteada, mencionou-a como exemplo de alguns dos investimentos que esta Câmara vai fazer. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV**, esclareceu o Deputado Sérgio Abreu, que apresentaram a proposta da Derrama onde tinham de a apresentar. Num primeiro plano, na Câmara Municipal onde a mesma não

passou, e agora na Assembleia Municipal que é o órgão deliberativo do município, para o qual foram eleitos. Por isso, não aceita as palavras do mesmo quando diz que a proposta agora apresentada era extemporânea. -----

Continuando questionou, se este é um Orçamento social? Onde é que está o investimento social? E como é que se considera que o Mercado da Penteada é uma Zona Alta do Concelho? -----

Concluiu dizendo, que este é um orçamento de desinvestimento, onde não há uma única proposta para as Zonas Altas e Super Altas do Concelho do Funchal que privilegie as pessoas, por isso irão votar contra. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM**, respondeu que considera que embora existam propostas concretas e responsáveis que vão de acordo com os interesses legítimos dos cidadãos, a proposta do PCP/PEV é um aumento da dívida. Ressalvou também, que assim como respeita as propostas do PCP/PEV, deve o PCP/PEV respeitar a sua opinião e a dos outros Deputados, porque em democracia têm de ter maturidade democrática para saber ouvir quem discorda, e que comunga da mesma praxis em que se deve respeitar aquele Órgão Deliberativo. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV**, pedindo um esclarecimento, disse que tendo em conta a capacidade de endividamento que a Câmara Municipal tem, que são de dez milhões de euros, a proposta do PCP/PEV centra-se em três áreas de investimento para onde seriam direcionados quatro milhões de euros.

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM**, respondeu que não vislumbrou qualquer pedido de esclarecimento. -----

E voltou a referir-se às Zonas Altas, dizendo que aquilo que está inscrito no programa de recuperação à habitação, é também um trabalho das Zonas Altas, e que não falou que o

Paul Belbin
382

Mercado da Penteada era Zona Alta, apenas disse que existe uma rubrica que prevê a sua renovação. -----

11. O Senhor Deputado Municipal Gonçalo Nuno Pimenta Camacho, do CDS/PP, começou a sua intervenção falando sobre a proposta de recomendação do PCP/PEV, porque acha que é uma proposta que louva a dinâmica e a perspetiva social. E, havendo uma folga orçamental de doze milhões de euros, se eventualmente houver um empréstimo de quatro milhões, a Câmara ainda fica com alguma folga orçamental. Daí que lembrou, que desde dois mil e oito a dois mil e treze o pagamento a tempo e horas, o prazo de regularização de dívidas do estado, o PAEL e o programa de pagamento a fornecedores a cinco anos, foram contraídos sessenta e três vírgula nove milhões de euros de empréstimo, significando que atualmente equivale a setenta e um por cento do Orçamento da Câmara, por isso o CDS/PP no seu entendimento, na sua matéria consensual e numa perspetiva social, votará favoravelmente à contração deste empréstimo. -----

Ainda sobre a Derrama questionou o Senhor Vereador Miguel Gouveia, se tiveram em atenção os dados do INE, sobre o diferencial muito positivo do número de empresas situadas e sediadas no concelho do Funchal, que no terceiro trimestre de dois mil e catorze, foram constituídas (cento e oito) e as que foram dissolvidas (noventa e três), no sentido de criar orçamentos próprios para a Câmara do Funchal, porque colocaram neste orçamento que, aumentarão zero vírgula milhões de euros em termos da receita cobrada pela Derrama. -----

Relativamente ao Orçamento, acham que quase todas as propostas que o CDS/PP venceu através de propostas de recomendação, foram enunciadas no mesmo, daí que tudo se conjugará no sentido do CDS/PP e do GMM votar favoravelmente aquele Plano e Orçamento. -----



Finalizando, questionou se a Autarquia já equacionou os projetos e os eixos estratégicos municipais, sobre as grandes prioridades num futuro Quadro Comunitário de Apoio neste eixo de dois mil e catorze / dois mil e vinte, e se já têm algo consagrado do ponto de vista material, e se eventualmente irão ou não concretizá-lo ainda este ano? -----

12. O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, começou por dizer que na vida de uma Câmara é importante pedir emprestado, financiar, construir e pagar, por isso serão sempre a favor do investimento e de uma proposta como a que o PCP/PEV recomenda em relação ao financiamento, mesmo não a conhecendo tecnicamente nem em pormenor, porque defendem que uma cidade não cresce, nem se resolvem os seus problemas sem investimento. -----

Continuando, com base na tabela de despesa com empréstimos para o ano de dois mil e quinze, colocou as seguintes questões: -----

- Sobre o que é que a Câmara atual contraiu de empréstimo para o próximo ano? -----
- Quais são os investimentos que foram feitos e que não queriam que tivessem sido feitos?
- Dos oitenta e sete milhões de euros que esta Câmara deve, mais de metade é despesa com habitação social, neste caso não deviam de ter sido feitos estes investimentos?
- Sobre o investimento de oitenta e sete milhões de euros, que o PPD/PSD fez, não o faziam? Que investimento riscavam? O que é que vão abolir e deitar abaixo? -----

Por isso, a Mudança não pode aprovar ou abster-se da proposta do PCP/PEV, porque não é congruente com o que enunciam no orçamento em relação a contrair dívida. -----

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** começou por responder à última questão levantada pelo Deputado Rui Cortez, dizendo que os trinta e cinco milhões de euros não foram investimentos, mas sim financiamentos para o PAEL, o Pagar a Tempo e Horas e para o PRED, para fazer face a despesa corrente que estava atrasada, logo não foi uma gestão conscienciosa. Se assim não fosse, provavelmente no momento, poderiam

384
Paulo Sérgio

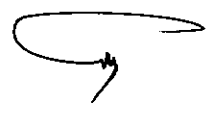
contrair um empréstimo para aplicar onde efetivamente teria algum acréscimo ao bem-estar social. -----

Em relação à Proposta de empréstimo trazida pelo PCP/PEV, é essencial atender que estão vinculados ao PAEL, assinado com o Governo da República, o mesmo que através da Lei nº 73/2013, diz que têm neste momento uma capacidade de endividamento de sensivelmente dez milhões de euros. Mas o nº 13 do memorando que foi acordado pelo anterior Executivo diz: *adequar o investimento público ao nível das receitas geradas pelo município de modo a que o passivo não aumente de ano para ano bem como nunca ultrapasse o valor de 50% do orçamento anual... mantendo a situação atual prevê-se a redução no montante de 10% no investimento a realizar nos próximos 5 anos.* Logo, não lhe parece exequível contrair mais um empréstimo que iria completamente contra aquilo que foi assinado no PAEL. -----

Dando resposta às questões levantadas pelo Deputado Lino Abreu, começou por referir-se aos quesitos da poupança corrente ser de novecentos mil euros e sobre a inscrição das verbas de IRS, que são encaradas numa ótica patrimonial e reiterada várias vezes pela KPMG. -----

Esclarecendo o Senhor Deputado Eduardo Welsh, disse que não existem provisões a se inscrever para processos em tribunal e juros de mora, o que não quer dizer que não haja a possibilidade de se perder alguns processos em tribunal, desde que os advogados que estejam com esses processos informem que essa possibilidade existe. -----

Em relação ao Mapa de Pessoal e os mecanismos de compensação, abordado pelo Senhor Deputado Pedro Gouveia, confirmou que os mesmos existem e estão vertidos nos acordos coletivos que foram assinados com três sindicatos, já foram assinados pela Vice-presidência, e aguardam a publicação no Diário da República para entrarem em vigor. ----



Sobre a questão levantada pelo Deputado Gonçalo Pimenta disse que o valor da Derrama, inscrito pelo Executivo, por via das regras provisionais, foi o mesmo para este ano. Apreciava também, que a Derrama continuasse do ponto de vista de receitas, pois significaria que o Concelho estava com alguma vitalidade económica, e inscreveram-na na sua totalidade, com base do que tinha sido a execução naquela rubrica até setembro e de acordo com aquilo que são as regras provisionais. -----

Terminando, referiu que sobre as medidas do cofinanciamento para o próximo Quadro Comunitário de Apoio, já estão a diligenciar no sentido de inscrever um conjunto de projetos, dos quais já têm vinte em carteira, uns a serem trabalhados para se candidatar e outros concluídos à espera de submissão, pelo que irão fazê-lo assim que abram as candidaturas no primeiro trimestre do próximo ano. -----

--- O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD, pediu a palavra para um esclarecimento sobre o que o Senhor Vereador Miguel Gouveia acabou de esclarecer, dizendo-lhe para não se defender com o PAEL porque se vai amortizar oito milhões de dívida e se contrair mais oito milhões, não vai ultrapassar nem aumentar o passivo. -----

Por fim, elucidou o Senhor Vereador sobre o que é o FAM - Fundo de Apoio Municipal, ao qual ficaram, no País, obrigados a concorrer, dezanove municípios que se encontram na cor vermelho, e onde não consta o Município do Funchal, porque tinham passivos demasiado acima das suas receitas, vinte e três municípios na cor amarelo, onde também não se encontra o Município do Funchal, que não sendo obrigados a aderir ao FAM é-lhes facultativo aderir ao apoio municipal, e depois existem os de cor verde, onde está incluído o Município do Funchal, não sendo graças ao atual Executivo que se encontram nessa cor.

--- O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia respondeu que de facto o Município do Funchal não se enquadra como candidato ao FAM nem de modo obrigatório

16/3/88
Paulo Bettencourt

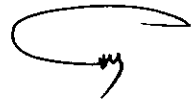
nem facultativo, mas por outro lado aquilo que foi assinado no PAEL, é: *nunca ultrapasse o valor de 50% do orçamento anual*. E neste momento o passivo da Autarquia ascende os oitenta e cinco milhões de euros, sendo o orçamento anual de noventa milhões de euros, metade dos cinquenta por cento, são quarenta e cinco, sendo para aí que deve convergir o passivo. -----

Neste momento apenas limitam-se a cumprir o que foi assinado pelo anterior Executivo e pagar a despesa corrente, em que oitenta por cento dessa despesa é para pagar água, luz e lixos que do ponto de vista de imobilizado não tem valor acrescentado para aquilo que é a qualidade de vida dos funchalenses, se fosse aplicado em imobilizado para habitação social, estariam completamente de acordo, neste caso discorda da opinião do Senhor Deputado. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia, do PPD/PSD** dirigiu-se ao Senhor Vereador Miguel Gouveia agradecendo-lhe o esclarecimento relativamente aos acordos coletivos, no entanto pediu um esclarecimento sobre a integração dos trabalhadores da SEP, porque não estão refletidos no mapa de pessoal. ---

--- **O Senhor Vereador Miguel Sérgio Camacho Silva Gouveia** respondeu que os trabalhadores da SEP não se encontram no Mapa de Pessoal, porque a sentença judicial foi de a Câmara os integrar, não nos seus quadros, mas nos seus anteriores postos de trabalho, com contrato de direito privado. No momento, os trabalhadores encontram-se salvaguardados e a desempenhar as suas funções, embora a ação continue e se encontre no Tribunal da Relação em Lisboa. De modo que, se for entendimento do mesmo, que esta Autarquia deva de inclui-los no mapa de pessoal, foram incluídas na rubrica das despesas com pessoal, as despesas com os mesmos. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** deu conhecimento de um requerimento apresentado pelo PCP/PEV a solicitar, ao abrigo do nº 2 do artigo 39º do regimento, um



intervalo de dez minutos após a votação das propostas de recomendação apresentadas. Nesse sentido, e como está previsto, irão votar as recomendações e após essa votação os trabalhos serão interrompidos durante dez minutos, procedendo-se de seguida à votação final do documento. -----

--- De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** colocou à **votação** as seguintes **Propostas de Recomendação** apresentadas pelo PCP/PEV: -----

- **Taxa de Derrama no Concelho do Funchal, não sendo a mesma aprovada com quarenta votos contra e três votos a favor do PCP/PEV.** -----

- **Recomendação da Contração de Empréstimo para Investimento, aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor, sendo dezasseis do PPD/PSD, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV, um do PND e dezoito votos contra, sendo dezasseis do GMM e dois do PND.** -----

NÃO HOUVE DECLARAÇÕES DE VOTO. -----

--- Após o intervalo de dez minutos, foram retomados os trabalhos procedendo-se à **votação do Ponto dois - Proposta de Orçamento para 2015**, em observância do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, sendo o mesmo **aprovado por maioria, com o voto de qualidade do Presidente da Mesa, com vinte e um votos a favor, sendo dezasseis do GMM, cinco do CDS/PP, vinte e um votos contra, sendo dezasseis do PPD/PSD, três do PCP/PEV, dois do PND e uma abstenção do PND.** ----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----

1. A Senhora Deputada Municipal Herlanda Maria Gouveia Amado, do PCP/PEV, declarou que esta Câmara fez uma opção de classe, ao votar contra a Proposta do aumento da Derrama, contrariando dessa forma o PAEL, optando pelos grupos económicos, pela banca, pelas seguradoras, pelos grupos hoteleiros e contra as populações do Funchal. Pois

Paula Barros 388

este é um orçamento de recessão, que ao contrário do que é hoje comumente aceite pelos economistas dos vários quadrantes políticos, o que se impunha era: -----

- Mais investimento público, capaz de dinamizar a atividade económica, capaz de criar emprego, e no caso concreto ajudar a resolver os graves problemas da cidade do Funchal e dos seus municípios. -----

Por isso, o voto contra do PCP/PEV é o voto do lado das populações, contra a capitulação da maioria da Câmara Municipal do Funchal. -----

--- Não havendo mais declarações de voto procedeu-se à votação do **Ponto três - Opções do Plano**, em observância do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, **não sendo o mesmo aprovado, com dezoito votos contra, sendo dezasseis do PPD/PSD, dois do PND, dezassete votos a favor, sendo dezasseis do GMM, um do PND e oito abstenções, sendo cinco do CDS/PP e três do PCP/PEV.**

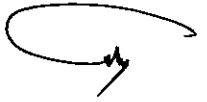
NÃO HOUVE DECLARAÇÕES DE VOTO. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD**, interpelou a Mesa para que a mesma esclareça a Assembleia, sobre que efeito terá na vida do município, o facto da reprovação das Opções do Plano? -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que os documentos são distintos, pelo que são votados separadamente e que haverá as consequências naturais da rejeição. ---

--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** voltou a interpelar a Mesa, questionando se com as Opções do Plano não aprovadas, o Orçamento de 2015, aprovado, pode ser executado? -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que terá de ser elaborado um novo Plano que não colida com a lógica do Orçamento que foi aprovado, e que sendo esta uma situação inédita, os Senhores Deputados também são responsáveis pela decisão soberana da Assembleia. -----



--- **O Senhor Deputado Municipal Rui Nuno Barros Cortez, do PPD/PSD** tornou a interpelar a Mesa, por achar estranho que o CDS/PP tivesse votado a favor o Orçamento e não tivesse acompanhado o mesmo sentido de voto nas Opções do Plano. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia, com a autorização do Presidente da Câmara, deu a palavra ao **Senhor Vereador José Manuel Sousa Rodrigues, do CDS/PP**, para esclarecer o sentido de voto do CDS/PP, que passamos a citar: "Os representantes do CDS/PP nesta Assembleia Municipal são livres de votar em consciência, quer em matéria do Orçamento, quer em matéria das Opções do Plano, mas naturalmente que também seguem a indicação de voto que lhes é dada pelo Vereador nas reuniões da CMF, e na verdade aquilo que se passou aqui foi um erro dos representantes na Assembleia Municipal, porque há um erro da CMF ao comunicar a esta Assembleia Municipal qual foi o sentido de voto do Vereador do CDS/PP em reunião de Câmara, aqui está a trinta de outubro de dois mil e catorze as Opções do Plano foram aprovados pelos votos contra do PPD/PSD, e a abstenção do CDS/PP e foi isto que induziu em erro os nossos representantes na Assembleia Municipal é por isso que só pode acontecer uma coisa que é a repetição da votação."-----

--- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão G. de Oliveira, do PPD/PSD**, fez as seguintes interpelações à Mesa: -----

- Embora com autorização do Senhor Presidente da Câmara, não achou correto ser só o Senhor Vereador do CDS/PP a manifestar-se, uma vez que quem foi eleito para Presidente da Câmara, foi o Dr. Paulo Cafôfo. -----

- Uma vez que de acordo com o estatuto, todas as situações de anormalidade que são importantes para o Município, terão que ser resolvidas pelo Presidente da Assembleia em sede de Assembleia Municipal, e porque à luz do regimento o ponto em questão é relevante, foi feita a sua votação, foi anunciada, consta da ata, teve votos com informação e

66390
Paulo Babo

declaração sobre a mesma, deve passar-se ao ponto seguinte, sem esquecer que o Presidente da Assembleia tem de encontrar meios, para dar uma informação de funcionalidade ao Município do Funchal. -----

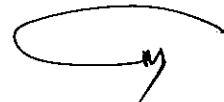
--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu a Senhora Deputada, que por ter de ir ao encontro daquilo que acabou de referir e em função do que foi exposto, a Mesa tem dúvidas sobre o sentido de voto por parte dos Deputados. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão G. de Oliveira, do PPD/PSD** voltou a interpelar a Mesa dizendo que o Senhor Presidente da Assembleia, só tem que cumprir, como qualquer outro dos deputados ali presentes, com o que rege o estatuto da mesma. E que embora compreenda que tenha dúvidas, elas não podem decorrer no ato de fazer renovar a votação, que foi feita em plena consciência, e em pleno direito sabendo ao que ia. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** voltou a esclarecer que por haver dúvidas iria suspender os trabalhos por dez minutos, para reunir-se com os líderes dos grupos municipais, de modo a que as mesmas sejam devidamente esclarecidas. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM**, interpelou a Mesa para esclarecer que é normal e legal o Presidente da Câmara dar a palavra a outro Vereador, e que alguém tinha sido induzido em erro, por causa de uma informação e de uma votação. De seguida recorreu ao plenário da Assembleia Municipal para que fosse dada autorização para repetir a votação. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Eduardo Pedro Welsh, do PND** interveio para opinar que não se deve repetir a votação, porque a mesma já se encontra concluída e clarificada pelo Vereador de que foi feita em consciência e livremente, pelos deputados. Podendo eventualmente haver uma reunião extraordinária, para o documento depois de alterado ser novamente votado. -----



--- **O Senhor Presidente da Assembleia** suspendeu os trabalhos por dez minutos, e solicitou a presença dos Líderes dos Grupos Municipais no seu gabinete para se reunirem.

--- Após a reunião com os Líderes dos Grupos Municipais, o **Presidente da Assembleia** disse que as dúvidas que a Mesa tinha, sobre as consequências da não aprovação das Opções do Plano, foram devidamente esclarecidas e nesse sentido foi decidido considerar o sentido de **voto do Ponto três válido**, cabendo à CMF decidir o que fazer perante aquela situação. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Lino Ricardo Silva abreu, do CDS/PP**, fez uma interpelação à Mesa para em nome do Grupo Municipal do CDS/PP e em seu nome próprio, assumir o erro da responsabilidade que teve na votação anterior, porque teve um lapso de leitura quando leu a deliberação das Opções do Plano, lendo “abstenção do CDS” quando estava “abstenção da CDU”. Por isso, congratulou-se com a tomada de posição dos líderes em retomar o assunto e voltar a apresentar um novo Plano, para que a tomada de posição de voto, da sua bancada, seja retificada. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM**, fez uma interpelação à Mesa dizendo respeitar a decisão da mesma. No entanto focou, que tendo o primeiro Orçamento uma ligação íntima com as Opções do Plano, votar naquela sessão ou numa próxima o ato seria o mesmo, o que na sua opinião pessoal, se houvesse consenso e em termos de poupança de tempo e de prática poderiam repetir a votação. ---

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** respondeu que a Mesa não iria atender à sua sugestão, porque como já havia referido, na reunião de líderes foi consensualizado que a votação era válida, e que não compete à Mesa da Assembleia demarcar as consequências de uma determinada votação. -----

663 392
Paulo Belbino

--- De seguida foi colocado à **votação o Ponto quatro - Mapa de Pessoal**, em observância do disposto na al. o) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09, sendo o mesmo **aprovado por unanimidade com quarenta e três votos a favor.** -----

NÃO HOUVE DECLARAÇÕES DE VOTO. -----

Ponto cinco: apreciar e votar o Regulamento do Programa Municipal de Formação e Ocupação em contexto de Trabalho, conforme deliberação tomada na reunião de Câmara do dia 6 de novembro de 2014, em observância do disposto na alínea g) do nº 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013 de 12/09. -----

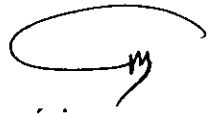
--- **O Senhor Presidente da Câmara** transmitiu que para o **Executivo**, aquele é um Programa que tem toda a pertinência porque foi criado, idealizado e baseado em projetos que irão ser criados na Câmara, nas Juntas de Freguesia e nas IPSS aos quais os desempregados poderão candidatar-se no máximo a três desses projetos. Depois, através de uma avaliação curricular e de uma entrevista serão selecionados para os mesmos. Visando não só a ocupação dos mesmos, como acrescentar-lhes mais competências às suas habilitações, adquirindo experiência e mais competência para poderem ter mais oportunidades e capacidades para um futuro emprego. -----

Daí que, depois de ter sido aprovado em reunião de Câmara, vêm apresentá-lo para ser posto à consideração de toda a Assembleia. -----

ESCLARECIMENTOS: -----

1. O Senhor Deputado Municipal João Valdemar Berenguer, do GMM, disse que aquele programa vem ao encontro de uma das promessas da Coligação MUDANÇA, aquando da campanha para as Eleições Autárquicas em setembro de dois mil e treze. Sendo por isso mais uma promessa daquele **Executivo** que está a ser cumprida e que visa o combate ao desemprego. Para além de que: -----

- É bastante abrangente à questão da idade pois não impõe limite. -----



- Valoriza a formação pessoal do individuo, pois para além de exigir a escolaridade mínima obrigatória, enriquece a pessoa no seu Curriculum, e na sua formação pessoal, através dos projetos elaborados pela Autarquia. -----
- Os Projetos vão da educação ao planeamento, passando pelo desporto, cultura, área social, ambiente entre outras. -----
- Financeiramente é digno para o desempregado (a) que dele faz parte, porque o seu valor é equivalente ao indexante do Apoio Social, e no fim do projeto ainda tem direito a uma bonificação que vai de duzentos e cinquenta aos dois mil e setecentos e cinquenta euros -
- Terão uma duração máxima de oito meses, podendo concorrer todas as pessoas que no momento se encontrem desempregadas e inscritas no Centro de Emprego da Madeira, que sejam residentes no Funchal, que não usufruam de qualquer apoio social e que tenham pelo menos a escolaridade mínima obrigatória. -----

2. O Senhor Deputado Municipal Fernão Manuel G. Rodrigues, do PCP/PEV transmitiu que irão votar favoravelmente, porque de certa forma compreendem os objetivos daquele programa, tal como alguns aspetos que foram melhorados e merecem concordância, como o envolvimento das Juntas de Freguesia, pela sua maior relação de proximidade com as populações. No entanto não deixam de encarar com alguma preocupação, na aplicação do mesmo, pelo facto deste tipo de programa, de uma forma indirecta, poder promover situações de precaridade, de uma certa exploração e de criarem falsas expetativas nos participantes. -----

3. O Senhor Deputado Municipal Luís Gonçalo Pereira Carolino, do CDS/PP, referiu que o CDS/PP também apoia e enaltece algumas qualidades deste programa, contudo gostaria de colocar as seguintes dúvidas: -----

- Qual a dotação orçamental para este programa? -----
- Se existe um objetivo mínimo de participantes no programa? -----

16/09/2014
Raquel João Martins da Silva

- Qual o tipo de projetos que serão abrangidos por este programa? -----

4. A Senhora deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD, relatou o seguinte: “O Programa apresentado pelo Executivo camarário quis parecer ao grupo municipal do PPD/PSD ser uma ideia interessante e com objetivos que, julgamos nós, serem aqueles que devem presidir a qualquer estratégia de combate ao desemprego. ----- Contudo, não podemos deixar de colocar algumas questões e / ou alertas que nos surgiram após a leitura do documento. -----

E, naturalmente, poderão perguntar se não deveríamos ter feito uso do mecanismo administrativo da discussão pública para colocarmos essas mesmas questões ou para fazermos os alertas. E nós respondemos que sim. Podíamos. Mas não seria a mesma coisa. Privilegiamos a Assembleia Municipal porque queremos ouvir os responsáveis pelo Executivo camarário. Queremos respostas diretas e queremos perceber se a posição é a mesma desde a reunião de Câmara até agora. -----

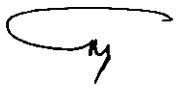
Por isso, não valerá a pena dizer que as questões colocadas são técnicas e que essas deveriam ter sido apresentadas em sede de discussão pública, porque, a estratégia política também recorre à tecnicidade das questões para ter cobertura e por detrás da dita tecnicidade muito artificio se poderá encontrar ou esconder. -----

Dito isto, passaremos então à colocação das questões: -----

1ª – Qual o número de vagas previsto para este programa? -----

2ª – Qual a dotação orçamental? -----

3ª – Quais os projetos? De que índole? Estão definidos? Onde? Se não, quando é que serão criados, atendendo a que sendo hoje aprovado este programa, possivelmente surgirão candidaturas no próximo mês e os candidatos terão de indicar obrigatoriamente os projetos a que se candidatam. Os projetos têm todo o mesmo número de vaga? Estas são



definidas de acordo com as necessidades de cada serviço? Se sim, vem contrariar a resposta que consta dos documentos remetidos. -----

4ª – Quanto à formação prevista e obrigatória, qual o seu conteúdo e carga horária? Em que se materializa a atividade “acompanhamento” prevista na alínea c) do artigo 4º? -----

5ª – O Programa agora em discussão estabelece no seu artigo 7º que tem a duração máxima de dezoito meses consecutivos, que começam a contar de quando? A contar da data da publicação? Se um candidato ficar selecionado para um projeto de seis meses, pode voltar a candidatar-se mais vezes até perfazer o máximo de dezoito meses. Na prática quando é que ele tem de se candidatar novamente, de modo a poder ficar dentro do limite de existência do Programa. -----

6ª – A lista dos admitidos também será divulgada? A dúvida coloca-se porque esta situação não está prevista. -----

7ª – Artigo 11º: a comissão de avaliação é definida neste artigo. O responsável do serviço enquadrador diz respeito à Câmara? -----

As Juntas, as IPSS e as Associações não têm voz ativa no recrutamento? -----

8ª – Qual o método de avaliação dos participantes? É ao estilo “SIADAP”? -----

9ª Alerta: Artigo 18º - todos os motivos apontados neste artigo implicam, no Código de Trabalho, a perda de remuneração. Para o regulamento uns implicam a perda, outros não. Porquê? Qual a base legal? Se isto é um programa em contexto real de trabalho, a situação prevista não é real. -----

Ainda neste artigo, quais as situações graves previstas na alínea b) do nº 2? Um acidente não é grave? Doença não é grave? -----

Mantenhamo-nos neste artigo: o nº 3 define um limite de faltas justificadas. O Código de Trabalho não define limite. Percebemos qual o alcance. O de obstar a um grande número de faltas. Mas isso faz-se com a perda de retribuição e não com limites. -----

Paulo Belas

O nº 5 deste artigo colide com o disposto no nº 1 do artigo 20º. -----

Por tudo o que foi dito, duvidamos da legalidade desta norma. -----

10ª – Artigo 21º: bolsa atribuída é de montante igual para todos os níveis de escolaridade.

A distinção surge com a atribuição de um prémio e este também aumenta em função do tempo de duração do programa. Porquê? Quem trabalhe mais tempo é garantido que trabalha melhor que aquele que trabalhe menos tempo? -----

E porquê a atribuição de um prémio? De incentivo a quê, se quem tem a escolaridade de nível um a quatro que tenha um programa de seis meses só pode ganhar um prémio de duzentos e cinquenta euros, mas um outro participante com a mesma qualificação mas que tem um programa de sete meses pode ganhar setecentos e cinquenta euros. -----

Prémio de integração? De integração em quê? -----

E basta, para isto, uma avaliação positiva. Positiva para nós, deputados municipais, neste momento, sem nenhum documento ou grelha definidora da avaliação, equivale a nove vírgula cinco ou se quisermos a dez (decreto-lei nº 166/2014 para futuros concursos e não para prémios). -----

Um alerta quanto ao nº 3 deste artigo: a situação imprevista que possa ocorrer deverá, no mínimo, ser devidamente fundamentada. -----

E quais são estas situações? Todas! E da maneira como está formulada poderá ser entendida como se ocorrer uma situação imprevista pode-se deixar de pagar. -----

11ª – Para finalizar falemos do artigo 23º “Financiamento”. Porque não arcar com os custos do programa quando a entidade de acolhimento for uma Junta, tal como sucedia no passado com a anterior Vereação? As Juntas estão integradas no Município e fazem parte da Administração Pública Local. -----



Sabemos que as Juntas não são obrigadas a aderir através dos protocolos de cooperação, mas as que aderirem têm capacidade financeira para custear metade das bolsas e a totalidade dos prémios? -----

Já têm de prever no orçamento a verba. E qual o número de vagas para as Juntas? As Juntas foram ouvidas neste processo? Sabem quais as suas necessidade quanto as áreas de projeto? Sabem se elas têm interesse neste programa? Ou até mesmo as IPSS e as Associações sem fins lucrativos?" -----

5. O Senhor Deputado Municipal Pedro Filipe da Silva Marques, do GMM, começou por em primeiro lugar saudar a CMF pela apresentação do Programa Municipal de Formação e Ocupação em contexto de Trabalho, porque o mesmo visa beneficiar os / as jovens que procuram o seu primeiro emprego, os desempregados (as) de todas as idades que procuram a sua reintegração no mercado de trabalho, dá uma oportunidade de melhorarem os seus currículos e cria uma folga financeira a várias famílias vítimas da crise económica. Considerou também, ser uma forma do Município ajudar e ser ajudado em áreas onde tenham carência de recursos humanos. -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** prestou os seguintes esclarecimentos: -----

- Ao Senhor Deputado Fernão Rodrigues, disse compreender a questão da precariedade com a qual não alinham, lembrando que o Programa são projetos aos quais serão associadas candidaturas, para que as pessoas se possam candidatar, não sendo ainda o objetivo daquele Executivo, estar a preencher lacunas do ponto de vista dos serviços da Câmara com aquele tipo de mecanismos, mas sim feita através de inclusão nos quadros da mesma. -----

- Ao Senhor Deputado Luís Carolino, esclareceu que em questão à dotação orçamental, não existe uma rubrica específica para aquele Programa. Será através do tipo de projetos

Paula Belbin 318

que estão associados aos respetivos serviços, e às rubricas de onde têm a sua inclusão.
Por isso ainda não têm um número mínimo. -----

Sobre o tipo de projetos que estão a pensar criar, só poderão apresentá-los depois de este regulamento ser aprovado em Sessão de Assembleia. E irão apresentar não só o tipo de projetos, como depois o número de pessoas que se poderão candidatar aos mesmos.

Acrescentou ainda, que de início irão avançar com uma série de projetos mas ao longo do tempo os mesmos serão aumentados, não sendo necessário esperar que finde os prazos para dar início aos seguintes. -----

Salientou também que é necessário haver alguma confiança, seja por parte da Câmara, seja por parte das instituições, para que possam através de protocolos estabelecer um projeto para as mesmas. -----

- À Senhora Deputada Raquel Silva ressaltou que este documento esteve em apreciação pública. Como tal, não irá responder às suas questões pois poderiam, a exemplo do que fez o PCP/PEV, ter apresentado as suas propostas, não invalidando que as mesmas ali fossem discutidas e debatidas. -----

Quis ainda clarificar que não estão a falar de um contrato de trabalho, mas de uma bolsa inserida num programa municipal, onde existem diferentes questões de legalidade entre aquilo que é um programa de ocupação e de formação, e aquilo que é um contrato de trabalho. -----

Quanto ao prémio de incentivo, disse ser uma forma encontrada de incitar depois, a integração no mercado de trabalho. -----

Nos projetos referidos, as pessoas serão integradas exercendo uma função e uma missão com um objetivo concreto durante um determinado período, sendo ainda avaliadas de acordo com o projeto onde estão inseridas. -----



Sobre a questão das Juntas de Freguesia, esclareceu que não irão obrigar nenhuma Junta a aderir ou a apresentar um projeto, embora considere que será uma ajuda para as mesmas que queiram a aderência e a participação das pessoas, porque irão ter uma comparticipação de cinquenta por cento. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD,** respondendo ao Senhor Presidente disse-lhe que de uma forma bem geral, voltou a apresentar o programa e não a esclareceu, por isso colocou as mesmas questões, porque é ali que tem de ser esclarecida e não na discussão pública: -----

- Quem é que vai pagar o prémio, as Juntas? As Associações? As IPSS? -----

- Uma vez que a CMF vai pagar cinquenta por cento, quem vai assumir a despesa com o prémio? -----

- Se não há uma provisão orçamental nem uma previsão de vagas, como é que o Programa vai funcionar em dois mil e quinze? -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que já esclareceu tudo o que tinha a esclarecer. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD,** interpelou a Mesa para ser esclarecido se o papel da Assembleia continua a ser, do ponto de vista legal e formal, acompanhar e fiscalizar. E o do Senhor Presidente da Câmara, o dever de responder perante a Assembleia? -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que a Assembleia tem esse papel fiscalizador, e que as questões que são colocados ao Senhor Presidente da Câmara, o mesmo responde da forma que julga ser a adequada e esclarecedora. Se os esclarecimentos não são devidamente interpretados isso extravasa o âmbito da Mesa. ----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD,** voltou a interpelar a Mesa para dizer que é da competência do Presidente da Assembleia

Paulo Beltrão

fazer cumprir os regulamentos, e assegurar que a Vereação atempada e adequadamente pelas vias próprias responda às perguntas que a Assembleia faz. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** retorquiu que como convirá está a dar oportunidade ao Senhor Presidente de responder. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal António Domingos de Sousa Abreu, do PPD/PSD**, voltou a replicar, que o Senhor Presidente da Assembleia tem o dever e a obrigação de fazer cumprir o regulamento. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** replicou que está a cumprir o regulamento dando a oportunidade de resposta. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão G. Oliveira, do PPD/PSD**, interpelou a Mesa para dizer, que segundo os estatutos, compete ao Presidente da Assembleia solicitar aos intervenientes o debate dos assuntos que estão em discussão, dando-lhes a palavra, e determinar ao Senhor Presidente do Executivo os devidos esclarecimentos. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** concordou com o entendimento da Senhora Deputada Rosa Oliveira, sendo de acordo com essa conformidade que a Mesa tem agido.

--- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão G. Oliveira, do PPD/PSD**, voltou a retorquir que o Senhor Presidente da Assembleia não foi objetivo, porque não pode ter uma ação de sugestão mas de determinação. -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** reiterou que teve uma atitude de ação, ao conceder ao Senhor Presidente da Câmara para prestar o devido esclarecimento, dando-lhe a palavra. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Pedro Miguel Abreu Santos Gouveia, do PPD/PSD**, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, para pedir concreta e objetivamente que seja esclarecida a seguinte questão: -----



- O responsável pelo pagamento dos prémios previstos é do Município, são as Juntas de Freguesia ou são as demais Associações previstas no regulamento? -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** respondeu que prestou os esclarecimentos que devia de prestar. -----

Contudo, esclareceu que os projetos virão das rubricas aos quais estarão afetos no orçamento, e o pagamento do prémio ou das bolsas criadas, serão cinquenta por cento para o Município e cinquenta por cento para a entidade respetiva. -----

--- **A Senhora deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD** voltou a intervir para questionar o Executivo, se por acaso procurou saber se as Juntas de Freguesia têm capacidade financeira para fazer face a todas essas despesas? -----

--- **O Senhor Presidente da Câmara** disse que aquela situação estava a tornar-se um pouco repetitivo, e que já tinha respondido à questão das Juntas de Freguesia, por isso não irá voltar a fazê-lo. -----

--- **O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM,** interpelou a Mesa para saber se saiu no DN e no sítio da internet, um edital sobre estas propostas. E propor que se passasse à votação deste projeto de regulamento. -----

--- O Senhor Presidente da Assembleia acedeu ao pedido do Senhor Presidente da Câmara para que o **Senhor Vereador Bruno Miguel Camacho Pereira, do PPD/PSD** interviesse, para fazer o seguinte esclarecimento: -----

- "O CPA nomeadamente nos seus artigos 100º a 105º refere muito bem aquilo que é o chamado princípio de participação, e refere aquilo que deve ser a administração pública aquando da formação da decisão, que deve ouvir os particulares e é expresso e é dito a expressão pública para que no processo decisório sejam ouvidos os participantes, aquelas pessoas que não estando nas instituições públicas nos órgãos colegiais, na Câmara, na Assembleia, possam dessa forma participar. -----

Paulo Roberto
4/22

Confundir e remeter a participação dos Senhores deputados Municipais e dos Senhores Vereadores é errada do ponto de vista jurídico, não é esse o teor da lei, por isso mesmo é que, por exemplo nesta Casa, existe um regimento em que define que se houver uma maior tecnicidade na discussão estão previstas comissões especializadas. Portanto, essa questão que foi dita aqui, que foi publicado um edital e que devem recorrer a esse mesmo instrumento, não é esse o espírito da lei nem do CPA. Porque é na tomada de decisão que esse mecanismo existe para que todos os cidadãos, os particulares, possam dessa forma intervir no processo decisório. -----

Não vamos confundir aquilo que é o cidadão particular, com um órgão que é político e que regimentalmente tem figuras criadas para que, se não for necessário dar uma resposta mais política ou superficial, possa debater de uma forma mais aprofundada, como por exemplo através da criação de comissões especializadas.” -----

--- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu o Senhor Deputado Sérgio Abreu de que é intenção da Mesa passar à votação, assim que os pedidos de esclarecimento sejam terminados. Porque não existe nenhuma norma regimental, que impeça o limite do número de pedidos de esclarecimento. -----

--- **A Senhora Deputada Municipal Rosa Maria Lopes Cravidão G. Oliveira, do PPD/PSD**, na defesa da honra em relação ao que o Senhor Deputado Sérgio Abreu referiu sobre o seu nome, deixou lavrada a sua manifestação pelo despudor com que são feitas afirmações baratas sobre ideias muito sérias que aquela Assembleia tem. -----

--- De seguida passou-se à votação do Ponto em discussão tendo o mesmo sido **aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor, sendo quinze do GMM, cinco do CDS/PP, três do PCP/PEV, dois do PND, doze votos contra do PPD/PSD e uma abstenção do PND.** -----

DECLARAÇÕES DE VOTO: -----



1. A Senhora deputada Municipal Raquel João Martins da Silva, do PPD/PSD, manifestou o seguinte: -----

- "O Grupo Municipal do PPD/PSD votou contra, não porque esteja contra o combate ao desemprego ou porque não se preocupe com o desenvolvimento das pessoas, através da formação e do emprego e com a necessidade que todos temos em sermos úteis e em contribuirmos para com a sociedade. -----

Votou contra o Regulamento, porque apesar de enunciar objetivos válidos e de estar subordinado aos princípios da igualdade, da legalidade e da justiça, entre outros, comporta situações que contrariam esses mesmos princípios. Falamos, em especial, do regime das faltas, da atribuição dos prémios e do financiamento. -----

Trata-se de um regulamento onde a discricionariedade impera e que começa nos métodos de seleção e termina na atribuição do prémio. E quanto a este, tudo é escuro. -----

Não sabemos como serão avaliados os participantes, quais os critérios que presidiram à divisão dos programas, que programas são estes, quais as reais necessidades da Câmara para efeitos de criação das vagas, qual a dotação orçamental, que tipo de formação receberão, enfim, faltou transparência para com a Assembleia Municipal. -----

E dizemos transparência, porque o Executivo camarário pretende que a Assembleia Municipal aprove um regulamento que deixa para depois o esclarecimento destas questões.

Não basta responder a algumas dúvidas na sessão da Assembleia Municipal. Era imperioso fazer acompanhar o regulamento com mais documentação que elucidasse as pessoas que vão votá-lo. Na forma como foi apresentado, trata-se de assinar um cheque em branco. ---

E terminamos como começamos. Concordamos com os objetivos e estamos preocupados com o problema do desemprego. Não podemos, nem vamos compactuar com ilegalidades, com incongruências e em zonas cinzentas." -----

424
[Handwritten signature]

2. O Senhor Deputado Municipal Sérgio Juvenal Jesus Abreu, do GMM, teceu os seguintes comentários: -----

- 1º O documento foi apresentado em reunião de Câmara, por isso, foi do conhecimento de todos os Vereadores. -----

- 2º O documento foi colocado à discussão pública e teve abertura para propostas da sua modificação. -----

- 3º O documento foi distribuído por todos os deputados municipais. -----

Concluindo, disse que este documento merece todo o apoio e entusiasmo, porque é um mecanismo de combate ao enorme e grave flagelo que é o combate ao desemprego. -----

--- Dado o adiantado da hora (dezoito horas e trinta minutos) o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a reunião, sendo marcada para o dia vinte e seis de novembro nova reunião para a continuação dos trabalhos desta sessão.-----

ENCERRAMENTO: -----

--- Esta ata foi aprovada em minuta para que os pontos discutidos pudessem produzir efeitos imediatos. -----

--- Nada mais havendo a tratar nesta reunião, sendo dezoito horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu-a por encerrada. -----

--- E de tudo para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida, achada conforme e subscrita vai ser devidamente assinada. -----

--- O Presidente da Assembleia, [Handwritten Signature]

--- A Primeira Secretária, Paulo Cristiano de Almeida Gonçalves

--- O Segundo Secretário, [Handwritten Signature]

--- Fui presente: Nélia Maria Jardim dos Santos Gonçalves Nélia Gonçalves